



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 081

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE OUTUBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE OUTUBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiy, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 105/2003

Ao Exmo. Senhor secretário do Desenvolvimento Urbano:

O deputado Barbosa Neto se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A autorização para a Prefeitura de Londrina utilizar 1000m2 de um terreno, na confluência da rua das Orquídeas com a das Begônias, na Praça do Parque Ouro Branco para a construção de uma Capela Mortuária.

2 - Este é um antigo anseio da população desta região que não possui local apropriado para velar os corpos de seus entes.

3 - O único espaço nas proximidades para tal fim, é o salão do Centro Comunitário que está sempre ocupado.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

INDICAÇÃO Nº 106/2003

Ao Exmo. Senhor governador do Estado:

O deputado Jocelito Canto se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Contratação, em caráter emergencial, de auxiliares de necropsia e motoristas para o Instituto Médico Legal do município de Ponta Grossa.

2 - Melhoria nas condições de trabalho tais como higiene, segurança, materiais de uso constante e laboratórios melhor equipados.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O IML de Ponta Grossa funciona, como a maioria dos IML's do nosso Estado, em precárias condições de atendimento, com poucos funcionários efetivos - o que provoca sobrecarga de trabalho em virtude do grande número de municípios atendidos - e ambientes com baixos níveis de segurança utilizando materiais de laboratórios inferiores aos mínimos exigidos para dirimir riscos biológicos.

Pelas razões expostas e em face de tal solicitação ser de fundamental importância para a manutenção do atendimento do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, justifica-se o atendimento da presente reivindicação.

INDICAÇÃO Nº 107/2003

Aos Exmos. Senhores governador do Estado e secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, dirige-se a Vs. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - Estabelecer para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), prazos definidos para respostas a pedidos elaborados junto aos seus órgãos, por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado.

II - Os pedidos relativos à política de meio ambiente, recursos hídricos, cartografia e agrária-fundiárias, deveriam, de acordo com sua complexidade, serem respondidos no prazo máximo de 60 dias.

III - Em casos onde a matéria for de natureza complexa, em que se exija complementação de ordem técnica inovadora, o prazo para apresentação de resposta poderá ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.

IV - Os prazos começariam a fluir a partir de efetivado o protocolo junto aos órgãos do IAP.

V - A partir da entrada em vigor da presente lei, presidente do IAP deverá estabelecer, no prazo de 10 (dez) dias, portaria onde será fixado prazo para cumprimento das diversas espécies de pedidos, tudo de acordo com a complexidade da matéria, obedecendo ao prazo de 60 (sessenta) dias.

VI - Os prazos estarão interrompidos, quando se fizerem necessários esclarecimentos sobre o pedido. Para tanto, o solicitante será intimado no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

VII - O solicitante do pedido administrativo poderá entendê-lo como aceito, em caso de não ocorrer resposta após 90 (noventa) dias da formulação do mesmo junto ao IAP.

VIII - o solicitante somente poderá proceder de acordo com seu pedido após comunicar o IAP, sendo defeso qualquer extrapolação.

IX - O solicitante deverá, ainda, estar munido de certidão, expedida no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, onde conste que seu pedido não foi apreciado.

X - Tendo o solicitante realizado o seu pedido sem comunicar o IAP, bem como de não se encontrar munido de certidão negativa, fica obrigado ao pagamento de multa entre R\$1.000,00 (mil reais) a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), em caso de ocorrer prejuízo ambiental pelo ato praticado, ficando também obrigado ao reparo do dano ambiental causado.

XI - Ao solicitante que sofrer danos e prejuízos pela ausência de atendimento ao pedido administrativo no prazo estabelecido é garantida a justa indenização, que compreenderá o pagamento do dano material, juros de mora a partir da ocorrência do evento danoso, correção monetária e o dano moral causado.

XII - Ao Instituto Ambiental do Paraná é obrigatória a manutenção de setor administrativo e verba específica para eventual correção de prejuízo causado, nos dados de solicitações não atendidas. As verbas e serviços serão destinados aos prejuízos tidos como imprescindíveis para a moradia e sustento do ofendido.

XIII - Ao funcionário que der causa ou não cumprimento dos prazos para resposta aos pedidos, seria aplicado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - repreensão;

III - suspensão;

IV - multa;

V - destituição de função;

VI - demissão;

VII - cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

XIV - As infrações deverão ser apuradas com o devido processo administrativo, onde serão garantidos os exercícios da ampla defesa e do contraditório ao funcionário público.

XV - Em caso de culpa devida a negligência, será aplicada a pena de destituição de função.

XVI - Apurada a existência de dolo por parte do funcionário em caso de extrapolação do prazo para o atendimento ao pedido administrativo a pena aplicada será a de demissão; em caso do funcionário público ter auferido vantagem indevida em função do cargo, ser-lhe-á aplicada, também, a pena de cassação de aposentadoria.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição pretende estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias para o Instituto Ambiental do Paraná, para responder aos pedidos administrativos e consultas formuladas pelos cidadãos e por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Tem-se conhecimento de que inúmeras solicitações administrativas deixam de ser atendidas em tempo hábil, causando prejuízos aos cidadãos e empresários.

Observa-se, também, que não possui o cidadão outra medida para conquistar seu direito que não se socorrer ao Poder Judiciário. Ocorre, porém, que o mesmo apenas pode declarar o direito do cidadão e das pessoas jurídicas em obterem uma resposta, pelo fato da inexistência de legislação a respeito e da proibição em conceder antecipadamente a tutela face à irreversibilidade da medida se concedida de imediato, como podemos visualizar pelo seguinte arresto.

Processo: 135472700.

Origem: Terra Rica - Vara Única.

Nº do Acórdão: 23149.

Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível.

Relator: Péricles Bellusci de Batista Pereira.

Data de Julgamento: Julg: 10/06/2003.

Decisão: Acórdam os integrantes da primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em dar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do voto do relator. Ementa: agravo de instrumento - Ação Cível Pública - Reservatório de Rosana - danos ao meio ambiente - tutela antecipada - retaliação - impossibilidade.

“Descabida é a concessão de tutela antecipada que não se destina a evitar ou reparar danos ambientais, mas serve apenas como medida de retaliação à requerida por não demonstrar interesse na reparação voluntária dos danos que já teriam sido produzidos.” Isto porque, não havendo definição judicial a respeito de tais danos é do dever de reparação, impedimento dos estudos ambientais a cargo dos órgãos oficiais (IAP e Ibama), em nada auxiliaria a pretensão do autor da ação civil pública, mas, ao contrário, privaria o juízo de parecer técnico que poderia até apontar irregularidades na atuação da requerida. “Ademais, para o caso, a tutela antecipada encontra-se, sendo devida sua cassação.”

Desta forma, o presente projeto visa a segurança do cidadão em, obter uma resposta administrativa de seu pleito em tempo hábil, evitando-se, assim, prejuízos ao cidadão e ao Estado do Paraná, responsável objetiva-

mente pelas omissões causadas pelos seus funcionários, como informa a Constituição Federal em seu artigo 37:

“§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurando o direito e regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”

A presente indicação resguarda, também, a proteção ao meio ambiente, uma vez que impõe ao cidadão o reparo, se houver, do dano ambiental causando, bem como aplicação de multa.

Por outro lado, uma resposta ágil do Estado registrará um aumento na produção, na pesquisa, em empregos, em outros, sendo, pois, necessária aos anseios dos cidadãos.

Sendo assim, apresenta-se a presente proposição, para submeter à apreciação desta Casa de Leis, e estando em conformidade com a legislação pertinente, espera-se contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 603/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio Coelho - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis-PR., pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 604/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Liga Desportiva Oeste Paranaense, com sede no município de

Goioerê e foro na comarca de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Liga Desportiva Oeste Paranaense, que ora encaminhado para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 27.02.64, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de caráter assistencial, educacional e cultural, com sede no município de Goioerê e foro na comarca de Umuarama, Estado do Paraná, estando devidamente registrada sob nº 42981, no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, da comarca de Umuarama, e cadastrada no CNPJ sob o nº 78.202.298/0001-00, estando em pleno funcionamento e em cumprimento às suas finalidades estatutárias.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, e da saúde, além de outros programas de organização e desenvolvimento da comunidade, inclusive cursos profissionalizantes, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto, conforme relatório de atividade em anexo.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, propondo que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 605/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Estado do Paraná, a 1ª semana de outubro, como a Semana do Tropeiro; e o dia 05 de outubro, como o Dia do Tropeiro.

Art. 2º - Este dia terá como objetivo, além de atividades pedagógicas, a realização da Cavalcada em Homenagem ao Tropeiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Visto a importância do evento e a repercussão futura que possa representar para a revitalização e exploração turística para a Região dos Campos Gerais, esta proposição visa instituir no calendário oficial, uma data em que as escolas possam explorar com mais ênfase, o tema “Tropeirismo”.

PROJETO DE LEI Nº 606/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste à Luz Marina, município de São Pedro do Iguaçu, com extensão de cinquenta quilômetros, que interligam as localidades de Sítio Bahia, Marcos Três, São Judas Tadeu, passando pela sede do município de São Pedro do Iguaçu, Santa Mônica, Santa Eliza e Aparadão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um trecho que liga dois importantes municípios do Oeste do Paraná, cuja população que trabalha a terra e os residentes nas localidades citadas, vêm por muito tempo reivindicando solução para melhorar as condições de trafegabilidade e escoamento da significativa produção agropecuária.

A estadualização do referido trecho oferecerá de imediato um novo alento àquelas comunidades, pois reconhecem que o Estado tem melhores condições para execução de obras e manutenção, pois não oferece obstáculos como rios, córregos e aterros.

PROJETO DE LEI Nº 607/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira - ACAL, com sede no Bairro Água da Limeira, Distrito de Lerroville, município de Londrina e Foro no mesmo município, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira, é uma entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos. Tem por finalidade promover e contribuir com desenvolvimento dos produtores de café, visando a melhoria na capacitação, produção, processamento e comercialização de seus produtos; viabilizar a aquisição de insumos, equipamentos, veículos e outros bens em prol dos associados, reivindicar recursos aos produtores junto ao Sistema Financeiro para viabilizar suas atividades; buscar, divulgar e implantar novas alternativas de renda, visando melhoria da qualidade de vida; buscar

integração junto aos demais grupos comunitários para a solução de questões em comum.

A associação possibilita uma melhor atuação dos cafeicultores na hora de comercializar o produto, pois por se tratando de pequenos produtores a união os fortalece no momento da negociação.

PROJETO DE LEI Nº 608/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Maringá de Taekwondo, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Maringá de Taekwondo é associação civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover o desporto de caráter amador e profissional.

Foi fundada em 02 de fevereiro de 2000, para proporcionar oportunidade às pessoas de praticarem a modalidade olímpica de Taekwondo.

No ano de 2000, desde sua fundação, a Associação obteve resultados expressivos nos Jogos Oficiais do Paraná, beneficiando a cidade revelando atletas.

As comunidades de diversos bairros têm contribuído em campanhas para viabilizar recursos financeiros destinados a compra de material e uniforme para os alunos.

Em 2002 a Associação promoveu campanha nos núcleos contra as drogas, utilizando o nome "Chute as drogas de sua vida". Nessa oportunidade, a comunidade conseguiu conscientizar alguns jovens que permaneciam próximos a locais de treinamento e faziam uso de drogas. Alguns desses jovens estão treinando com membros da Associação.

O Taekwondo proporciona a prática do esporte a mais de 500 alunos, entre crianças, adolescentes, adultos e idosos, de ambos os sexos, com aulas gratuitas em horários denominados contra turnos, ocupando os alunos nos respectivos horários vagos, aprendendo uma cultura milenar.

Sem dúvida, o esporte é fonte de disciplina, saúde, enfim, equilíbrio para pessoas de todas as faixas etárias. Funciona ainda como importante fator de integração social, razão pela qual merece o apoio desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 610/2003
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1 - Fica instituída a "Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito nas Rodovias do Estado do Paraná,

a se realizar, anualmente, na terceira semana do mês de outubro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O Detran-PR, tem realizado, com frequência, campanhas de prevenção de acidentes de trânsito direcionadas principalmente para o trânsito urbano.

É preciso ampliar o foco dessas campanhas. O objetivo de instituir a "Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito nas Rodovias do Estado do Paraná" é conscientizar os usuários das rodovias sobre os cuidados na direção, bem como proporcionar ao Departamento Estadual de Rodagem-DER, a oportunidade de realizar estudos, estatísticas, trabalhos que venham contribuir, com o tempo, para reduzir ao mínimo os acidentes nas estradas do Paraná.

Acreditamos que com isso o Estado estará garantindo o direito de ir e vir do cidadão com mais segurança.

PROJETO DE LEI Nº 611/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade Associação Cristã de Evangelismo e Missões, com sede no município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã Jetro de Evangelismo e Missões constitui-se como Associação Civil, sem fins lucrativos, já declarada de Utilidade Pública pelo município de Cascavel, através da Lei nº 3.587/2003, e atua nas seguintes áreas:

- . na criação e desenvolvimento de programas de capacitação profissional e educacional com fins sociais;
- . na promoção de palestras e eventos para a comunidade em geral, no sentido da orientação sócio-econômica, aproveitando o potencial intelectual de seus membros e outros profissionais;
- . na doação de cestas básicas e demais itens de primeira necessidade a pessoas menos favorecidas da comunidade, através do apoio ou desenvolvimento de campanhas próprias.

PROJETO DE LEI Nº 612/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação para Vida Sem Drogas, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A Associação para Vida Sem Drogas vem desenvolvendo um importante trabalho junto à comunidade onde está inserida e é uma sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos de cunho educacional, cultural, científico e filosófico. Atualmente vem desenvolvendo trabalhos de prevenção, acompanhamento, reintegração, e aconselhamento para comunidade carente da região de Curitiba, onde o objetivo é empenhar esforços, para que as pessoas possam ter uma vida saudável sem drogas, esta que destrói fisicamente e psicologicamente e dificulta o relacionamento das famílias, visando como fim último e maior, a melhoria da saúde, a felicidade do ser humano, e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pela documentação acostada, verificamos sua utilidade pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 613/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual à Unichin - Associação Internacional Beneficente de Ensino Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A Unichin vem desenvolvendo um importante trabalho junto à comunidade onde está inserida e é uma sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos de cunho educacional, cultural, científico e filosófico de âmbito internacional e beneficente, criada para cumprir e promover a difusão e a integração dos fundamentos e prática da milenar cultura e tradicional medicina chinesa, nas diversas áreas do conhecimento humano, visando como fim último e maior, a melhoria da saúde, a felicidade do ser humano, e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pela documentação acostada, verificamos sua utilidade pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 614/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa Estadual de

Fornecimento de Cadeira de Roda e a efetuar convênio com entidades representantes de pessoas portadoras de deficiência física para implementar o programa.

Art. 2º - O Programa Estadual de Fornecimento de Cadeira de Rodas tem por objetivo, exclusivamente, promover o fornecimento de cadeiras de rodas, visando atender às pessoas portadoras de deficiência física comprovadamente carente.

§ 1º - Estarão habilitadas aos benefícios desta lei as pessoas portadoras de deficiência física comprovadamente carentes que tenham a necessidade de se locomoverem em cadeiras de rodas.

§ 2º - Define-se por carente, aquela que esteja incluída dentro do respectivo índice do IDH, de acordo a legislação em vigor.

§ 3º - Cadeira de rodas é um equipamento de mobilidade destinado a deficientes físicos ou múltiplos (desde que uma das deficiências seja física) que tem a função de auxiliar na locomoção do mesmo.

§ 4º - As cadeiras de rodas referidas nos artigos 1º e 2º, deverão seguir as normas da ABNT (Associação de Normas Técnicas), sendo de alta qualidade e durabilidade.

Art. 3º - A conveniada descumprindo as obrigações previstas nesta lei durante sua participação no programa, além de inabilitar-se para participação futura, deverá devolver ao Estado, na forma do regulamento, os valores recebidos devidamente corrigidos.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a repassar às entidades participantes do Programa, os valores anuais constante do contrato de participação, sendo essa obrigada, em no prazo de 30 dias, findo o ano financeiro, justificar a utilização das importâncias recebidas, através do comprovante de fornecimento de cadeiras de rodas concedida à pessoa portadora de deficiência física beneficiada pelo Programa.

Art. 5º - O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Estado, anualmente, quadro demonstrativo do Programa Estadual de Fornecimento de Cadeira de Rodas, que deverá informar o nome da Federação habilitada, município de localização e número de beneficiários atendidos, bem como, os valores despendidos.

Art. 6º - O programa Estadual de Fornecimento de Cadeira de Rodas, será regulamentado pelo Poder Executivo Estadual.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Após uma década de polêmica, o Censo de 2000 refinou os parâmetros para definição do conceito de defi-

ciência e apurou que cerca de 14% dos brasileiros se encaixam nesse grupo. É inegável que o novo Censo descortina um contingente “invisível” da população de grandeza significativa. Considerando para o Estado do Paraná:

O número de vítimas em acidentes de trânsito, assaltos, acidentes de trabalho e outros como violência urbana aumenta a cada dia. Muitos desses ficam dependentes de uma cadeira de rodas para se locomover. Também idosos diabéticos e outros doentes usam esse equipamento que dá liberdade, autonomia e possibilidade de alcançar o que está além do seu domicílio.

O Estado, nos últimos anos, não evoluiu muito em relação a criar mecanismos para amenizar a demanda de pessoas que usam esse equipamento de mobilidade. A política de atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS não atende com qualidade e eficácia, pois cadeira de rodas na maioria dos casos é extensão do corpo dos usuários.

Tal proposta visa beneficiar diretamente pessoas com deficiência no seu direito de ir e vir. A lei mostrará que o Estado cumpre o que determina a Constituição e o beneficiário comprovará na prática a eficácia dessa ação.

Além disto, sabemos que o Estado é refém da Lei de Licitações e que nem sempre, devido aos preceitos legais, pode oferecer um produto de melhor qualidade. Assim, com o único objetivo de visar o bem-estar dos usuários de cadeira de rodas, é que apresentamos a presente proposta. Portanto, nobres pares, face ao imenso alcance social da presente proposição, é que esperamos contar com o apoio dos parlamentares desta Casa para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 615/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivo fiscal a contribuinte que apoiar financeiramente projeto esportivo, nos termos desta lei.

Art. 2º - O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadoria e Serviços ICMS que apoiar financeiramente projeto esportivo, poderá deduzir a quantia aplicada mensalmente, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do imposto devido, referente à quota-parte do Estado, na forma e nos limites estabelecidos por esta lei.

Parágrafo Único - A educação nos termos deste artigo somente poderá ser iniciada pelo contribuinte trinta dias após o repasse dos recursos ao empreendedor esportivo.

Art. 3º - Poderão ser beneficiados por esta lei projetos relativos às seguintes modalidades esportivas:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes;

II - desporto de participação, praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas realizadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades organizadas e praticado de modo não profissional, compreendendo o desporto amador, identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivo materiais para atletas de qualquer idade.

Parágrafo Único - Poderão ser também beneficiados, nos termos desta lei, projetos que visem a aquisição de equipamentos e a preservação, a manutenção ou a construção de infra-estrutura destinada à prática desportiva.

Art. 4º - A soma dos recursos do ICMS postos à disposição pelo Estado para a finalidade prevista no artigo 3º desta lei não poderá exceder, relativamente ao montante da receita líquida anual do imposto, os seguintes percentuais:

I - zero vírgula zero cinco por cento (0,05%), no exercício de 2004;

II - zero vírgula dez por cento (0,10%), no exercício de 2005;

III - zero vírgula quinze por cento (0,15%) no exercício de 2006 e seguintes.

Parágrafo Único - Atingido o limite previsto neste artigo, o projeto esportivo aprovado aguardará o exercício fiscal seguinte para receber o incentivo.

Art. 5º - O contribuinte com débito tributário inscrito em dívida ativa até a data da promulgação desta lei poderá quitá-la em até cento e oitenta dias após sua publicação, com desconto de 50% (cinquenta por cento) da multa devida, desde que apóie financeiramente projeto esportivo, nos termos deste artigo.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica ao crédito inscrito em dívida ativa decorrente de ato praticado com evidência de dolo, fraude e simulação pelo sujeito passivo.

Art. 6º - É vedada a concessão do incentivo previsto nesta lei a órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera federativa, exceto:

I - escola pública;

II - entidade da administração pública indireta que desenvolva atividade relacionada com a área esportiva;

III - pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada com a finalidade de dar suporte à unidade esportiva pertencente ao poder público.

Parágrafo Único - O total de recursos destinados aos empreendedores a que se referem os incisos I, II e III deste artigo não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) da parcela da receita do ICMS destinada anualmente pelo Estado e projetos esportivos.

Art. 11 - É vedada a concessão de incentivo fiscal nos termos desta lei ao projeto em que seja beneficiário o próprio incentivador, qualquer de seus sócios ou instituições a ele coligadas.

Parágrafo Único - A vedação prevista no *caput* deste artigo estende-se aos ascendentes, aos descendentes em primeiro grau e ao cônjuge ou ao companheiro do incentivador ou de seus sócios.

Art. 12 - A divulgação de projeto financiado nos termos desta lei conterá menção ao apoio institucional do governo do Estado.

Art. 13 - O incentivador que utiliza indevidamente os benefícios desta lei, mediante fraude ou dolo, fica sujeito a:

I - multa correspondente a duas vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicando no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias;

II - pagamento integral do tributo, acrescido dos encargos previstos em lei.

Art. 14 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos que para o esporte crescer é necessário um investimento a médio e longo prazo, e para isso precisamos criar incentivos para que as empresas situadas em nosso Estado sejam coadjuvantes nesse trabalho, dando apoio de todas as formas aos atletas.

O esporte vem a ser a maior arma no combate ao consumo e ao tráfico de drogas, pois os jovens que praticam as atividades esportivas se afastam das drogas, e quanto mais praticantes, menos violência terá em nosso Estado.

Como se verifica, esta medida só trará benefícios para o nosso Estado, pois estaremos semeando uma nova geração de jovens, com uma perspectiva de vida melhor.

PROJETO DE LEI Nº 616/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo Estadual poderá priorizar o aproveitamento de oficiais temporários das Forças

Armadas no ingresso aos quadros funcionais da polícia civil e aos quadros de oficiais da polícia militar e do corpo de bombeiros militar de nosso Estado.

Art. 2º - O Poder Executivo Estadual também poderá priorizar o aproveitamento de militares da reserva, com exceção dos oficiais, que tenham prestado dois ou mais nos ininterruptos de efetivos serviços às Forças Armadas, no ingresso aos quadros funcionais do sistema penitenciário de nosso Estado.

Parágrafo Único - A prioridade previstas na *caput* deste artigo, abrangerá também o ingresso nos quadros funcionais da polícia militar e do corpo de bombeiro militar de nosso Estado, com exceção ao aproveitamento no oficialato.

Art. 3º - Entende-se sobre priorizar o aproveitamento dos militares da reserva no preenchimento dos cargos e nas funções tratadas nesta lei, a consideração da capacitação funcional e da experiência militar adquirida pelos mesmos, nos anos de efetivos serviços prestados às Forças Armadas, quando da realização de concursos públicos de provas ou provas e títulos em nosso Estado.

Art. 4º - O Poder Executivo Estadual está autorizado a providenciar as alterações normativas para o ingresso nos quadros da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e nos quadros funcionais do sistema penitenciário de nosso Estado, nos termos desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Encaminho para apreciação desta Casa legiferante, proposição que objetiva o aproveitamento dos oficiais temporários e de militares da reserva oriundos das Forças Armadas, para ingresso na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros Militar e nos quadros funcionais do sistema penitenciário de nosso Estado, com fulcro nas capacitações e nas formações militares dos mesmos, recebidas nos anos de efetivos serviços prestados às Forças Armadas. Sem dúvida alguma, as experiências de tais militares da reserva, podem representar grande valia ao serviço público e à segurança pública em nosso Estado, bem como possibilitará instrumentos de valorização, socialização e afastamento de caminhos tortuosos e ligados ao mundo do crime, que alguns militares da reserva trilham após deixarem as fileiras militares, dirigindo-se à reserva das supracitadas Forças.

Recebendo exaustivo e aprimorado treinamento militar e administrativo, em média de seis anos, a União

investe nos oficiais da reserva (oficiais temporários), de maneira igualitária aos seus oficiais de carreira. Entretanto, após breve período, antes do atingimento da estabilidade de tais oficiais, acaba dispensando-os.

O mesmo ao atingir idade limite de 30 anos, em média, no auge de seu preparo e qualificação para o desempenho das funções, é obrigado a deixar os quadros militares, partindo assim em busca de novas oportunidades no mercado de trabalho, principalmente na área da segurança privada, pois dedicou sua vida à Força e, muitas vezes, não preparou-se à vida civil, até por falta de tempo, dado aos esforços da vida militar.

Quando o referido oficial conclui seus estudos em nível universitário ou obtém alguma formação técnica além do ofício militar, o que infelizmente não é regra geral, atinge um “lugar ao sol”, isto é, a possibilidade de manter-se, bem como de manter o sustento de sua família, sem sofrer tanto com a falta do “soldo” de todo mês. Entretanto, como é regra geral, a maioria dos referidos oficiais da reserva não atinge o seu “porto seguro” ou o seu supradito “lugar ao sol”, assim, de maneira muito triste e desabonadora aos princípios de disciplina e hierarquia desenvolvidos na caserna, em alguns casos, por total desespero, acabam figurando no mundo da ilicitude e servindo não mais como instrutor da tropa, mas de delinquentes no manuseio de equipamentos bélicos. Situação similar ocorre com os referidos “praças”, os outros militares da reserva tratados nesta proposição que também merecem, como os oficiais da reserva de nossas Forças Armadas, de um tratamento priorizado no ingresso nos quadros funcionais das instituições públicas apontadas neste projeto de lei, o que na verdade representará grande atingimento do bem-estar a toda a população de nosso Estado em níveis de segurança e garantias de liberdades individuais, diante das barbáries existentes nos grandes centros urbanos.

Portanto, sabedor das dificuldades que o Paraná encontra na área da segurança pública, apresento este projeto de lei, com vista a possibilitar um melhor aproveitamento desses profissionais altamente qualificados, para atuar em prol da segurança de nossa sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 617/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Altoniense de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Altônia, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Nobres senhores parlamentares, tenho a honra de apresentar a Associação Altoniense de Assistência

Social, entidade sem fins lucrativos que muito vem contribuindo com o desenvolvimento do município de Altônia, buscando proporcionar a saúde, o bem-estar e suprir as necessidades das crianças deste município. Importante salientar que a entidade colabora com o poder público, executando programas que integram o menor com a comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 618/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo, tem por finalidade a difusão, o intercâmbio de informações técnicas e experiências profissionais ligadas à patologia. Participar de programas que visem a melhoria do padrão técnico-científico, elaborando plano para controle de qualidade.

A entidade tem como propósito levar às mulheres mais carentes de nosso Estado, a oportunidade de lutarem contra o câncer ginecológico

PROJETO DE LEI Nº 619/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Paulo Cruz Pimentel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Em conformidade com a Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que disciplina sobre a concessão de títulos de Cidadania Honorária e Benemerita por partidos, estamos apresentando a presente proposição para conceder o título de Cidadão Honorário para o Dr. Paulo Cruz Pimentel, por tratar-se de ato de reconhecimento de elevado mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao Estado do Paraná.

Nascido no Estado de São Paulo, cidade de Avaré, em 07 de agosto de 1928. Formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1953. Exerceu inúmeras atividades, a saber, diretor da Usina Central do Paraná, de Porecatu; secretário da Agricultura do Estado do Paraná, por quase cinco anos (1961); governador do Estado do Paraná de 31/01/1966 a 15/03/1971; em seu governo pontificou o equilíbrio financeiro, o setor de comunicações, a energia elétrica de Capivari-Cachoeira e Usina Júlio Mesquita; no setor de transportes, a pavimentação de rodovias e conclusão da Ferrovia Central do Paraná; no ensino superior as Universidades de Londrina, Ponta Grossa e a Escola Militar do Guatupê; também no ensino médio e primário, a criação do Estatuto do Professor, material escolar fornecido além do suficiente pela Fundepar; no IPE, a regularização das contribuições, construção da infra-estrutura das principais unidades de Curitiba e Londrina, devidamente equipadas; no Sistema Penitenciário, a construção da Prisão Feminina de Piranguara. No setor agropastoril, estímulo à pecuária, inseminação artificial, orientação tecnológica e troca de reprodutores, diversificação agrícola, e na área da Saúde, a medicina preventiva e as vacinações em massa. Sendo também o deputado federal por dois mandatos, participando também da Constituinte de 1988 (janeiro de 1978 a dezembro de 1981 e janeiro de 1986 a dezembro de 1989).

Segue anexo *curriculum vitae*, que dá a perfeita noção da personalidade de destaque que possui no Paraná, seus trabalhos, realizações, que sempre propiciaram desenvolvimento e modernidade em benefício do povo.

No campo privado, conta com as seguintes realizações: a fundação do grupo que leva seu nome, desde 1962, composto hoje por seis órgãos de comunicação: Editora O Estado do Paraná, Tribuna do Paraná, Rádio e Televisão Iguaçu S.A., Televisão Cidade Ltda. Londrina, Televisão Tibagi, Apucarana e Televisão Naipi Ltda., em Foz do Iguaçu. Participou também da direção da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABERT, como vice-presidente. Atualmente, é presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembléia Legislativa, reais representantes das aspirações do povo paranaense, a aprovação da concessão de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor doutor Paulo Cruz Pimentel, que nos facilita a incumbência de justificar a apresentação desta proposição em se tratando da pessoa de Paulo Pimentel, figura proeminente do Paraná, que tão bem o povo conhece e reconhece seus feitos em virtude de suas projeções políticas.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres pares com assento neste templo deliberativo, para procederem o devido apoio à proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer em vida, os méritos deste cidadão, que tanto dignifica o nosso Estado.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 609/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei Complementar nº 83, de 17 de julho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Maringá, que passará a vigorar a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída, na forma do parágrafo 3º do artigo 25, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá constituída pelos municípios de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paissandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu e Ivatuba.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei para corrigir uma injustiça na elaboração da Lei Complementar nº 83, que institui a Região Metropolitana de Maringá.

O progressista município de Ivatuba, devido à sua proximidade com Maringá, está historicamente ligado com os demais municípios e não poderia, de forma nenhuma, ficar fora da área de abrangência da Região Metropolitana de Maringá.

Já foram realizadas diversas reuniões dos municípios que estão procurando implementar a Região Metropolitana de Maringá e trabalhar para o bem comum da região, na área de planejamento integrado de desenvolvimento econômico e social; saneamento básico; uso do solo metropolitano; transportes e aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Nessas reuniões de trabalhos é flagrante o prejuízo com a falta das idéias e da dinâmica trabalhadora dos dirigentes e do povo de Ivatuba, para a solução desses serviços comuns.

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 2283**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 483/2003, que institui o Prêmio Estadual de Ciência e Vídeo a ser organizado através da Secretaria da Cultura, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2297

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 582/2003, de autoria do Poder Executivo, que cria o “Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - Fepge”.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 478/2003, de sua autoria, tendo em vista que foi apresentada Indicação que trata da mesma matéria.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da Comissão de Orçamento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizado a realização, no próximo dia 16/10/2003, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, curso sobre elaboração do orçamento 2004 e Plano Pluri-anual exercício de 2004 a 2007.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2291

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a utilização do Pequeno Expediente da Sessão Plenária do dia 14 de outubro do corrente ano (terça-feira próxima) para apresentação de vídeo sobre Organismos Geneticamente Modificados - Transgênicos.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Iracema de Godoy, ocorrido no dia 01 de outubro do ano em transcurso, na cidade de Braganey/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua filha, a Sra. Maria Nelci Godoy Sandri, residente na Avenida Manoel Ribas, s/nº, CEP: 85.400-000 - Guaraniaçu/PR.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Iracema de Godoy faleceu aos 84 anos, na cidade de Braganey.

Nascida em 03/11/1918, na cidade de Machadinho/RS, transferiu-se para a cidade de Braganey, em 1974, onde residiu até o seu falecimento.

Seu passamento causou consternação à população braganeyense, onde conquistou grandes amizades, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo à falecida.

REQUERIMENTO Nº 2263

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Domingos Massa, ocorrido no dia 12 do corrente mês.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, em data de ontem, 12 de outubro/03, o Sr. Domingos Massa, que era pai do apresentador de televisão, Carlos Roberto Massa (Ratinho), e avô do deputado estadual Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior). Deixou viúva a Sra. Maria Talarico Massa. Deixou ainda os filhos: Laércio Massa, Zélia Domingos Massa, Claudinei Massa e Carlos Roberto Massa e 07 netos.

O passamento de Domingos Massa veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

Domingos Massa era pessoa bastante relacionada, principalmente na cidade de Monte Sião-Minas Gerais, onde residia.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes, nem fracos. Por isso, caiu o prezado amigo. Entretanto, leva consigo, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seu amigo. Resta-nos um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Domingos Massa, encontrem na fé e na esperança, o consolo necessário nesta hora difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Massa, endereçando a ela voto de profundo pesar, pedindo a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido

o douto Plenário, votos de profundo pesar pelo falecimento do Ilmo. Sr. Mecias Marchetti.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Padre Honorino João Muraro, falecido na tarde de sábado (11/10).

Padre Honorino chegou a Guarapuava no dia 02 de fevereiro de 1977, com a finalidade de iniciar uma obra salesiana na Vila Carli, queria abranger paróquia, escolas e centro juvenil. A paróquia foi criada no dia 04 de setembro do mesmo ano, quanto tomou posse como primeiro pároco.

Desta forma, o parlamentar abaixo assinado requer sejam enviadas as mais sinceras condolências deste Poder Legislativo.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Hartmann de Capitão Leônidas Marques, com votos de profundo pesar pelo falecimento da vereadora Lizete Terezinha Teixeira Hartmann, ocorrido no último dia 11 de outubro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte da vereadora Lizete Hartmann foi de grande consternação para Capitão Leônidas Marques. Mulher que praticava somente o bem, deixou uma marca que com certeza nem o tempo apaga. Calma, serena, honrada, soube se conduzir na política e por isso adquiriu a simpatia da maioria da população. Dona Lizete, como era carinhosamente chamada tinha um jeito ímpar de viver. Jamais alguém a encontrou triste. Sempre sorridente e atenciosa, atendia a todos com cortesia e urbanidade.

Os familiares e amigos terão imensa responsabilidade em manter vivo os legados deixados pela falecida e o município de Capitão Leônidas Marques, bem como outras localidades onde a enorme família Hartmann está esparramada perdeu uma verdadeira baluarte. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas de bem.

A Assembléia Legislativa do Paraná, tem o dever de fazer uma justa homenagem a uma pessoa que em vida se dedicou para que a justiça prevalecesse sempre. Por isso este parlamentar que era amigo da vereadora e família, solicita o apoio de todos a fim de que os familiares fiquem sabendo que a Sra. Lizete Terezinha Teixeira Hartmann ficará com o seu nome gravado nos Anais da história do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações ao Conselho Regional de Odontologia do Paraná, pela passagem do Dia do Dentista, a ser comemorado dia 25 de outubro.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Dr. Edson Milani de Holanda, presidente do CRO/PR, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Paz, 260 - CEP: 80.060-160 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2259

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações, ao Sindicato dos Estivadores do Paraná, pela passagem do Dia do Estivador, a ser comemorado dia 18 de outubro.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Sr. Jamil Amâncio das Neves, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Visconde de Nacar, 732 - CEP: 83.203-430 - Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações, ao Conselho Regional de Medicina do Paraná, pela passagem do Dia do Médico, a ser comemorado dia 18 de outubro.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Dr. Donizeti Dimer Giamberardion Filho, presidente do CRM/PR, através de correspondência a ser encaminhada à Rua da Victório Viezzer, 84 - CEP: 80.810-340 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2261

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações, ao Sindicato dos Eletricistas do Paraná, pela passagem do Dia do Eletricista, a ser comemorado dia 17 de outubro.

Requer, ainda, que se dê ciência ao Sr. José Caetano Ferreira, presidente do Sindicato, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Francisco Torres, 545 - CEP: 80.060-130 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Antonio Olinto pela passagem, no próximo dia 24 de outubro, do seu 42º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. José Cleomar Machiavelli, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Rogério Milléo, bem como a todos os senhores vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Antonio Olinto.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Os primeiros passos para a fundação da cidade de Antonio Olinto são devidos a Cândido Ferreira de Abreu, que exercia o cargo de diretor do Serviço de Colonização do Estado do Paraná. Em 1885 chegava ao lugar o primeiro grupo de imigrantes vindos da Polônia. Com o passar do tempo o lugar passou a ser conhecido como Colônia Pequena. Em 1886 aportaram na Colônia as primeiras famílias de ucranianos.

Em 04 de julho de 1902, o Decreto Estadual nº 248, criava no povoado o distrito policial, sinal de relativo progresso, datando da época a alteração na denominação, que passou a chamar-se Antonio Olinto.

A Lei Estadual nº 1758, de 22 de março de 1918, criou o distrito judiciário de Antonio Olinto no município de Rio Negro. Em 07 de janeiro de 1938, a denominação Antonio Olinto foi alterada para Divisa. Em 20 de outubro de 1938, pelo Decreto Estadual nº 7573, a antiga denominação de Antonio Olinto foi resgatada.

Pela Lei Estadual nº 6667, de 31 de março de 1958, Antonio Olinto é elevada à categoria de distrito administrativo. O município foi criado em 25 de julho de 1960, pela Lei nº 4245, com território desmembrado do município da Lapa. A instalação ocorreu em 24 de outubro de 1961.

Portanto, na significativa data da comemoração dos 42 anos de emancipação política do município de Antonio Olinto, toda a população é digna do nosso respeito e admiração, e sempre com a certeza de que continuará incentivando as autoridades municipais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, tem a satisfação de transmitir a todos que acreditam num futuro próspero, o reconhecimento devido e a certeza de dias melhores.

REQUERIMENTO Nº 2292

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que assina o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar para que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as congratulações especiais deste Parlamento à Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel - CDL, pela passagem do 25º aniversário de existência.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se assim entenderem os seus nobres pares, por este parlamentar manifesta a cada associado da Câmara de Diretores Lojistas de Cascavel, os melhores cumprimentos pela data festiva do Jubileu de Prata de existência, fazendo votos de muito sucesso e constante progresso. À atual diretoria uma gestão muito feliz e cheia de realizações.

Caso aprovada a presente proposição, é requerido seja dado ciência da mesma ao Sr. André Bueno, atual presidente da entidade homenageada, à General Osório, 3442 - Centro - CEP 85801-110 - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Em 1978, um grupo de empresários pioneiros do segmento lojista de Cascavel, iniciou movimento que, naquele mesmo ano, culminou com a fundação do Clube de Diretores Lojistas (CDL), posteriormente nominada como Câmara de Dirigentes Lojistas, no entanto, mantendo a sigla "CDL".

A primeira ata desta entidade classista relata que no dia 28 de agosto de 1978, lojistas da cidade de Cascavel se reuniram na Associação Atlética Comercial com o firme intuito de criar uma organização que congregasse, defendesse e representasse o setor lojista cascavelense. Nesse encontro foi formada uma comissão provisória com a missão de conduzir a criação da entidade pretendida, composta pelos lojistas: para presidente Valdir Kusinski (Lojas Gaúcha); para vice Aroni Klauberg (Hermes Macedo) e secretário Mamedes Leal (Habitassul Crédito Imobiliário).

Na semana seguinte, no dia 04 de setembro, houve uma nova reunião, nas dependências da Associação Atlética Comercial, com a presença de dirigentes dos CDL's de Ponta Grossa e União da Vitória, em cuja oportunidade os três membros da comissão provisória local foram distintivados com o dístico de "nau fenícia".

Finalmente, no dia 15 de setembro de 1978, em novo encontro na mesma Associação Atlética Comercial, foi fundado oficialmente o então Clube de Diretores Lojistas de Cascavel e empossada a sua primeira diretoria, liderada por Edgar Bueno, atual prefeito da cidade de Cascavel; Valdir Kusinski, como vice-presidente; Narciso Guilherme, 2º vice-presidente; Mamedes Leal, secretário; Aroni Klauberg e César Pintarelli, como diretor de relações públicas.

Do passo pioneiro até o presente transcurso de aniversário de 25 anos de existência, a retrospectiva da atual Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel é marcada por feitos gloriosos, resultado de ações e iniciativas exemplares e oportunas, levadas a efeito pelo dinamismo e pela competência de suas sucessivas diretorias, que transformaram o perfil do comércio lojista cascavelense, que, indiretamente, beneficiou também a sociedade local.

Ademais, a entidade em comemoração foi protagonista, pelo apoio e colaboração prestados por seus diretores, para o surgimento de muitas entidades similares em outras cidades do Oeste e do Sudoeste do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor aos fisioterapeutas de todo o Paraná, pelo transcurso da data alusiva à categoria, a ser comemorada em 13 de outubro corrente.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) DR. LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Os profissionais da Fisioterapia, em nosso país, iniciam sua trajetória a partir da criação de seu primeiro curso superior, o Curso de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, da Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro-ERRJ, já em 1954.

A prática fisioterápica com o objetivo da prevenção para a conservação ou da busca da restauração funcional diminuída ou perdida em função de seqüela de algum mal sofrido pelas pessoas, é por elas cada vez mais valorizada.

A importância da atuação do fisioterapeuta é crescente em nossa sociedade, inclusive pelas lesões causadas pela violência urbana e pelo aumento da expectativa de vida da população.

Além disso, esses profissionais estão sendo integrados aos serviços públicos de saúde onde cumprem um papel sobretudo de educadores, desenvolvendo nas equipes e na comunidade assessoria para a recuperação da saúde, desta forma contribuindo para o inestimável valor da autonomia nos seus cuidados.

É com muita honra, que na data alusiva à passagem do Dia do Fisioterapeuta, presto minha singela homenagem a esta valorosa categoria de trabalhadores da saúde.

REQUERIMENTO Nº 2279

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 132, parágrafo 1º, inciso V, do Regimento Interno, vimos, respeitosamente, SOLICITAR a V. Exa. se digne registrar nos Anais desta Casa, voto de louvor pela realização do 49º Paraná Kaio Taikai (Concurso Paranaense de Música Japonesa) no dia 5 deste, em Cornélio Procópio, Paraná, pela Associação Cultural e Esportiva de Cornélio Procópio - ACEP e pela Liga Desportiva e Cultural Paranaense.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2289

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao senhor Jorge Azor Pinto, em virtude de sua assunção ao cargo de delegado-geral da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Rua Barão do Rio Branco, 182 - CEP 80010-180 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2300

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, dirige, respeitosamente, à Polícia Militar do Paraná, através seu valoroso comandante, coronel David Pancotti e ao secretário da Segurança, Luiz Antonio Delazari, o seguinte voto de congratulações:

Pelo brilhante desempenho no policiamento do Centro Histórico da cidade de Curitiba, durante a celebração da tradicional Festa de São Francisco da Ordem.

Nos dias 12, 13 e 14 de setembro passados, no Largo da Ordem, junto à nossa igreja mais antiga - Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e da Penitência (1737) - milhares de pessoas reuniram-se num ato de solidariedade e alegria, no maior mutirão de arrecadação de fundos do Paraná.

Cerca de 200 barraquinhas, 3 circos e toda a área, desde a Catedral até a Colina do Alto de São Francisco, merecem impecável policiamento - coordenado pelo 1º tenente Jefferson Silva, da 2ª Companhia do 12º Batalhão, do Comando de Policiamento da Capital. Houve também feliz concurso, quando necessário, de quadros da RONE, valorosa companhia de Polícia de Choque, sem necessidade de intervenção mais séria, apenas com presença física.

As 25 horas de shows, e o público estimado em 250 mil pessoas, sem qualquer problema, fluíram dentro dos objetivos, também pela ação criteriosa da nossa Polícia.

Por isso, o registro de louvor.

Solicitamos seja encaminhado ao Comando da PM, ao Comando de Policiamento da Capital e ao Comando da 2ª Companhia do 12º Batalhão de Curitiba, no endereço Rua Curupaitis, 1132, Santa Quitéria, CEP 80.310-180 e ao 1º tenente Jefferson Silva, no endereço: Rua Joaquim Nabuco, 932, Vila Tingui, CEP 80620-060.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 2281

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de parabenização à Petrobrás que ao comemorar 50 anos é hoje um exemplo de sucesso. Líder na distribuição de petróleo no Brasil, a Petrobrás ocupa destacada posição no ranking das vinte maiores empresas petrolíferas mundiais.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Petrobrás- Rodovia do Xisto, BR-476 KM 16.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 2298

Senhor Presidente:

O deputado estadual adiante firmado, facultado pelas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar para que sejam registradas nos Anais da Plenária do dia de hoje, as felicitações especiais deste Poder ao senhor professor Alcebíades Orlando e a senhora professora Onildes Taschetto, pela escolha como reitor e vice, da Unioeste, respectivamente, ocorrida na semana passada.

Caso aprovada a presente proposição, o deputado proponente solicita seja dado ciência da mesma aos felicitados, via correspondência a ser encaminhada a professor Alcebíades Orlando, à Rua Pernambuco, 1777 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon - PR, e a professora Onildes Taschetto, à Rua Cedro 337 - Bairro Recanto Tropical - CP 85817-500 Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 13.10.2003

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER moção de aplauso em homenagem aos 40 anos de Fundação da Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda - Corol, a ser entregue à diretoria da Cooperativa na Sessão Especial

a ser realizada no dia 22.10.2003 - quarta-feira, às 14h30.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem justifica-se pelos 40 anos de trabalhos prestados pela Cooperativa aos produtores rurais da região, em prol da agricultura de nosso Estado.

Com o nome de Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores de Rolândia Ltda, foi fundada em 30 de outubro de 1963, por um grupo de 25 pessoas, com a finalidade de beneficiar, rebeneficiar, padronizar, vender e exportar a produção dos seus associados.

Com o passar do tempo a diversificação se fez necessária e, em 1974 foi fundada a razão social para a Cooperativa Agropecuária Rolândia Ltda (Corol), na época com 496 associados.

A geada de 1975, que arrasou os cafezais, mostrava que os diretores estavam no caminho certo, era o momento de diversificar. Com o surgimento de novas culturas, em 1976 a Corol construiu seu primeiro graneleiro.

Com os olhos no futuro, passou a buscar a agroindustrialização, com a implantação da destilaria de álcool, fábrica de rações e suplementos minerais, unidade de beneficiamento de algodão e arroz, torrefadora de café, fecularia de mandioca e o início do projeto de citricultura.

Nos anos 90 com a implantação da Usina de Alcool da Corol, a Usina Terra Roxa, é realizado o sonho dos pioneiros.

A Corol é uma extensão da propriedade rural que está à disposição dos associados para auxiliá-los a aprimorar sua propriedade, incentivando e facilitando as atividades comerciais, investindo em novas tecnologias e promovendo a diversificação de seus produtos e serviços.

Atua ao longo de cadeias produtivas, fornecendo insumos (sementes, corretivos, herbicidas, fungicidas, inseticidas, peças, comercializando produtos *in natura* (soja, milho, trigo, café, cana-de-açúcar e laranja) e industrializando produtos (café, açúcar, álcool, suco de laranja, rações e concentrado), atuando em várias cidades paranaenses, com sua sede em Rolândia.

Neste dia 20 de agosto, comemorou-se 20 anos de criação da Credicorol (banco do produtor) que surgiu com a necessidade de alavancar créditos aos associados com menor taxas de juros nas operações de empréstimos e maior rentabilidade ao dinheiro aplicado.

Atualmente com 2.382 associados, além da sede em Rolândia, a Credicorol possui 20 postos de atendimento em municípios da região. Hoje é uma sólida instituição financeira, que tem crescido com segurança e liquidez, resultado da confiança e participação de seus associados.

REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor governador do Estado, Roberto Requião, sugerindo a criação de Patrulhas Rurais, no âmbito da Polícia Militar, para atuação em todo o território do Estado do Paraná.

A sugestão objeto deste requerimento, encontra-se devidamente justificada em anexo.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica, partindo-se de muitas reclamações feitas a este parlamentar, por produtores rurais de nosso Estado, principalmente na região Norte, onde os produtores, sejam eles pequenos, médios ou grandes proprietários, têm sido vítimas de ladrões ousados que buscam se apropriar de defensivos agrícolas, e, até mesmo tratores e integridade física de proprietários e trabalhadores rurais.

As regiões Norte, Noroeste e principalmente o Oeste do Estado, tem sido privilegiadas com a visita constante desses "amigos do alheio", causando grandes preocupações e prejuízos aos moradores da zona rural, gerando intranquilidade e causando revolta.

Considerando ser a política de segurança pública uma bandeira deste Governo, estamos sugerindo a criação de Patrulhas Rurais, no âmbito da Polícia Militar, as quais poderão atuar em consonância com os moradores da zona rural, visitando, investigando e desbaratando essas quadrilhas que atuam no meio dos trabalhadores rurais.

Certos de estarmos colaborando com o senhor governador, ao apresentarmos esta sugestão, esperamos contar com os nobres pares para a sua devida aprovação.

REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. governador do Estado, Roberto Requião, lembrando promessa de campanha de distribuição de leite às crianças carentes, tendo em vista o atual governo estar completando seu nono mês de gestão e ainda não existir tal programa no município de Ponta Grossa ou qualquer outro da região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2271

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando as informações a seguir:

- qual(is) foi(ram) a(s) empresa(s) ou órgão(s) responsável(is) pela construção das Penitenciárias Estaduais de Maringá, Guarapuava, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Penitenciária Industrial de Cascavel e Penitenciária Metropolitana de Piraquara?

- Qual(is) o(s) órgão(s) responsável(is) pela construção da Casa de Custódia de Londrina e Casa de Custódia de Curitiba (CIC)?

- Quais foram os custos para o Tesouro Estadual de cada projeto, serviços de terraplanagem e obras civis para execução de cada uma das obras?

- Quando foi realizado o procedimento licitatório de cada obra? Quais as empresas participantes e qual o desconto apresentado por cada um dos envolvidos no processo licitatório?

- Qual a média de custo por preso de cada uma das unidades construídas?

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente pedido de informações é determinar, ao longo dos últimos governos, qual o custo médio de cada unidade prisional construída pela administração pública. As informações servirão de base para avaliar noticiário da mídia relacionado à existência de variações nos valores pagos pela construção das referidas obras, bem como denúncias de que em alguns casos não houve procedimento licitatório.

REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, REQUER ao egrégio Plenário, seja oficiado à Secretaria do Desenvolvimento Urbano, para que a mesma faça adquirir - por caráter de singularidade e notório saber - 420 exemplares da obra, em dois volumes "ICMS no Estado do Paraná" de Rubens Bittencourt, editada em Curitiba pela Editora Juruá.

399 exemplares para distribuição às Prefeituras dos 399 municípios do Paraná - à guisa de bibliografia técnica - e 21 para acervo da biblioteca técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e da Secretaria da Fazenda.

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A obra de Rubens Bittencourt é notável instrumento de compreensão do mecanismo arrecadador.

Contém: "legislação anotada e atualizada até 31 de março de 2003"; sinopse do ICMS no Estado do Paraná; pareceres do Ministério Público; jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; comentários de advogados e procuradores do Estado do Paraná.

(Para informação: Editora Juruá - Avenida Munhoz da Rocha, 143 - CEP 80035-000 / telefone (41)352-3900 / e-mail: editora@juruu.com.br)

REQUERIMENTO Nº 2301

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, dirige, respeitosamente, ao coronel-comandante da Polícia Militar, David Pancotti e ao secretário da Segu-

rança, Luiz Antonio Delazari, o seguinte pedido de informações:

1) se tem conhecimento da determinação recente do atual comando da Companhia de Polícia de Choque - Rone, de que durante o patrulhamento os policiais devam se amarrar com o cinto de segurança?

2) Se tem conhecimento do descontentamento da tropa da Companhia de Polícia de Choque - Rone, com a situação de insegurança gerada, pois temem a vulnerabilidade de circularem amarrados - durante um patrulhamento feito a não mais que 40 km por hora - podendo sofrer com a ação e reação rápida dos marginais?

3) Se tem conhecimento da queda da apreensão de armas pela mesma Companhia de Polícia de Choque - Rone, que era de 60 unidades por mês, em média, e caiu para 15 a 20 armas por mês, diante do medo de punições, e da recente instauração de IPM's ou questionamento de procedimentos contra profissionais mais ativos?

4) Se tem conhecimento que foi retirado o policiamento das favelas, substituído pela aplicação só nas áreas comerciais - nos eixos asfaltados, conhecidos como "vias coletoras e vias estruturais"?

5) Neste caso se indaga: por que não permanece a Companhia de Polícia de Choque - Rone, policiando as favelas da grande Curitiba, e se coloca policiamento dos batalhões de área nas vias comerciais?

Sala das Sessões, em 13.10.2003.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A sociedade curitibana e paranaense quer policiamento ostensivo e preventivo. O cumprimento do Código de Trânsito com a obrigatoriedade do cinto de segurança deve cair diante da agilidade exigida para os policiais em ação. Este pedido de informações é uma colaboração de um cidadão que, tendo sido prefeito de Curitiba, deputado eleito por esta cidade, quer ver a nossa polícia valorizada e contada entre os padrões de excelência do Paraná. A retirada da Companhia de Polícia de Choque - Rone, das áreas mais pobres, sujeitas às ações do tráfico e da marginalidade, não terá sido a causa de recente fechamento de escolas públicas curitibanas por ação de gangues?

Estas questões chegaram até nós, provocando inquietação. Apressamo-nos em transmiti-las aos valerosos quadros de comando da Secretaria da Segurança Pública do Estado, e ao competente Comando da Polícia Militar do Paraná, por enfrentar a prioridade absoluta do governador Requião, em bem servir a segurança do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há Expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente. Com a palavra, o deputado Elio Rusch.

(**Ausente**)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PL; PSL; PPS; PSL .

(**Todas declinam**).

PTB.

Com a palavra, o deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Neste momento presto a homenagem do PTB do Paraná, dos diretórios do PTB do Paraná; do meu irmão, Íris Simões; deputado Alex Canziani, deputado Jocelito Canto; deputado Ailton Araújo e os demais deputados desta Casa que foram amigos, companheiros, colegas, ao saudoso deputado José Carlos Martinez, que partiu precocemente, na semana passada, para outra existência. Deixou um legado extraordinário, em nível de Brasil, demonstrando sua competência, sua clareza, na organização partidária. O Martinez, que fez do PTB um grande partido a nível nacional, um grande partido de apoio ao presidente Lula, que neste momento luta pelas mudanças, pelas transformações pregadas na sua campanha eleitoral, e o PTB foi seu parceiro, grande parceiro, fiel, correto, companheiro, amigo, com clareza. Sem barganha, formou um grande partido.

O Martinez que, com certeza, nesta Casa gozava da amizade, da unanimidade dos senhores deputados. Ele, que sempre democraticamente conduzia as reuniões, junto com o meu irmão, Íris Simões, a nível estadual e a nível nacional, deixou uma tristeza muito grande, fez com que a sua morte mobilizasse a grande maioria do cenário político nacional.

Esta Assembléia, senhor presidente, recebeu o maior número de políticos já vistos em uma cerimônia triste, fúnebre. Aqui foi prestada a última homenagem a esse líder partidário, José Carlos Martinez, o famoso “Batatinha”, como carinhosamente as pessoas o tratavam.

Agradeço, aqui, senhores deputados; ao presidente Hermas Brandão, à direção da Mesa, ao Nereu Moura, ao Geraldo Cartário, que abriram a Assembléia para receber o corpo e a última homenagem prestada ao deputado amigo e companheiro, grande parceiro do meu irmão em Brasília. A Assembléia foi de uma valia muito importante, colocando-se de pronto à disposição, da mesma forma como o governador Roberto Requião teria aberto o Palácio para que fosse feita lá a cerimônia, mas como o Martinez era deputado, nada mais conveniente do que a nossa Casa fosse aberta para a última homenagem.

Como deixou Getúlio Vargas e seu grande legado no PTB, em dois momentos o PTB se divide: com Getúlio Vargas e depois, com o nosso saudoso Martinez.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Carlos Simões, solicito um aparte para me solidarizar, em meu nome, em nome da nossa famílias, ao PTB e à família Martinez.

Pediu-me o governador Leonel Brizola que tornasse público na Sessão de hoje, que ele veio ao Paraná para prestar a sua última homenagem ao grande político e grande homem público José Carlos Martinez.

Disse que eles tinham uma conversa, permanentemente, e que tratavam as questões do PTB e do PDT, frequentemente em um objetivo de fusão partidária disse ele: “Se isso não acontecer agora, os nossos filhos e os nossos netos o farão, com certeza”, porque o trabalhismo é uma grande bandeira nacional - em uma corrente liderada por José Carlos Martinez e a na outra corrente é liderada hoje pelo ex-governador Leonel Brizola.

O nosso saudoso deputado teve uma homenagem nacional jamais vista na história do Estado. Deixou aos olhos de toda a população do Paraná, que ele possuía uma grande liderança nacional, haja vista a grande movimentação que foi o seu passamento.

Quero que o senhor, como líder do PTB, transmita aos familiares de José Carlos Martinez e ao seu partido PTB, a nossa solidariedade pedetista.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES

Muito obrigado.

Concedo um aparte ao deputado Vanderlei Iensen.

O Sr. Vanderlei Iensen

Quero me somar a V. Exa., deputado Neivo Beraldin, e me solidarizar neste momento, registrando aqui saudades já desse grande amigo, o nosso saudoso deputado José Carlos Martinez.

Registro isto em meu nome, em nome da minha família, haja vista que era um amigo particular do meu pai, o ex-deputado federal Mateus Iensen, e por muitos anos labutaram juntos ali na Câmara Federal, e é uma perda para o Paraná, para o Brasil, e o que nós podemos fazer neste momento é nos somar e estarmos lembrando das grandes conquistas do nosso querido deputado José Carlos Martinez.

Por isso, eu registro aqui a minha solidariedade ao nobre companheiro e que realmente possamos estar orando pela sua família, pelos seus familiares, que agora estão passando momentos complicados até para uma situação como esta, e fica registrado aqui também os pêsames em nome da nossa família.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES

Muito obrigado.

Martinez, que conduzia o Partido com muita alegria, com muito vigor, tenha certeza, onde estiver, que a nível de Brasil, a nível de Paraná, nós estaremos aqui te representando, conhecendo o trabalho do novo PTB do Paraná, do novo PTB do Brasil. Estaremos realizando o seu sonho de estar na campanha do Lula em 2006, e em 2010 o PTB terá um candidato a presidente da República, candidato a nível nacional.

A nível de Paraná, com certeza, nossos deputados, vereadores, diretórios, estaremos nesta caminhada, já que o PTB está organizado hoje em 100% dos municípios do Paraná, mais de cinco mil municípios do Brasil, se preparando para ser o grande partido que o Martinez queria.

O Sr. Natálio Stica

Permite um aparte deputado?

(Assentimento)

Deputado Carlos Simões, eu não tive o convívio que V. Exa. teve com o deputado Martinez. Convivi com o seu filho, Rodrigo Martinez, quando foi Secretário de Esportes da Prefeitura Municipal de Curitiba e eu, então vereador aqui na Capital, mas quero dizer que nós, do Partido dos Trabalhadores, reconhecemos o trabalho feito pelo deputado Martinez, ajudando o presidente Lula na proposta de reformas, tanto da Previdência como tributária, e, há menos de 30 dias num dos encontros que tivemos, ele me dizia: estamos votando tudo com o Lula, porque ele é uma pessoa de caráter e honra a palavra que empenha. Dizia-me ele da boa convivência que estava tendo com o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. E eu não tenho dúvida, como os nossos companheiros do PT, do trabalho desenvolvido por esse verdadeiro comandante que foi o Martinez, trazendo os votos de todo o PTB nacional, em apoio às propostas de mudança que Lula apresentou no Congresso Nacional.

Portanto, quero dizer que nós estamos solidários ao seu pronunciamento, e da mesma forma sentimos falta, assim como tenho certeza, será sentida também lá em Brasília.

Parabéns pelo seu pronunciamento e nossa solidariedade à família Martinez.

O SR. CARLOS SIMÕES

Deputado Stica, na proporção, o PTB foi o partido que, mais que o PT, apoiou as reformas propostas por Lula em Brasília. Quase 100%, 99% dos deputados apoiaram, mais do que o partido do próprio presidente, que às vezes, em momentos, são mais contestadores que o próprio PTB.

O Sr. Jocelito Canto

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Carlos Simões, apenas queria me associar ao seu pronunciamento.

Durante a última Sessão já falamos sobre a morte do deputado José Carlos Martinez, e não tenha dúvida que V. Exa. coloca com muita clareza o crescimento do PTB a nível de Paraná, comandado por seu irmão Íris Simões, que faz um grande trabalho aqui no Paraná, e a nível de Brasil, o PTB com uma grande presença nos grandes municípios do país, foi o partido que mais cresceu depois das eleições, e tudo isso graças ao deputado José Carlos Martinez.

Então, aqui quero me associar às suas palavras, e eu que recentemente entrei no PTB, aos poucos estávamos no entrosando muito diretamente com o Martinez. Cumpru tudo aquilo estabelecido desde que eu entrei no Partido, tudo aquilo que nos foi oferecido, a divisão que deveria ser feita dentro do Partido, desde televisão, foi tudo dentro do combinado, com muita clareza.

Estivemos recentemente em Brasília, na sua casa, e lá tivemos a oportunidade de ver o quanto ele era uma pessoa influente, e a maior testemunha disso foi o seu velório aqui na Assembléia, com a presença do presidente Lula. Tivemos a oportunidade de gravar o discurso em que o presidente chamou Martinez de “um amigo do País, um amigo que sempre colaborou com as reformas que são necessárias no País”. O Paraná já perdeu, porque o Paraná já não tem mais o presidente nacional do PTB, mas haverá de seguir agora com Roberto Jeferson, com Íris Simões e com nossos outros deputados, a linha, o caminho determinado por Martinez.

Para mim é muito triste tê-lo perdido, porque estávamos fazendo uma grande amizade e ao mesmo tempo trabalhando muito sério, criando, principalmente, o PTB na região dos Campos Gerais.

Por isso já estamos sentindo a sua falta, e o Paraná também, em função da influência que ele detinha em respeito a todo povo brasileiro.

Martinez, muitos desconheciam aqui a força que ele tinha em Brasília, mas neste momento em que perdemos Martinez é que o Paraná vai sentir que realmente ele era um municipalista, um trabalhador deste Estado.

Por isso, V. Exa. como líder do PTB nesta Casa, faz muito bem, presta uma homenagem nesta Casa a um dos políticos polêmicos, corajoso, diferente, que tinha um grande amor pelo Paraná.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES

Quero também destacar aqui, quando o deputado Valdir Rossoni assumiu, junto com Martinez a presidência estadual, Martinez a nacional, ali o PTB começou a ter uma participação mais ativa, a nível de município, e depois na campanha estadual do ano passado se fortaleceu. Depois, já com mais experiência, tanto nós deputados quanto Martinez, o PTB hoje se coloca entre os principais e um dos maiores Partidos, a nível de Brasil.

Concedo o aparte ao deputado Tureck.

O Sr. Nelson Tureck

Deputado Carlos Simões, quero me somar e solidarizar com as suas palavras, reconhecendo o trabalho de um grande político paranaense, deputado federal já por quatro mandatos.

Queria dar o meu testemunho aqui. Dobrei com o Martinez na região da Concan praticamente em três cidades, e vi os recursos que a região de Campo Mourão recebeu de emendas deste parlamentar em Brasília. Foi um político trabalhador, foi um político feijão com arroz e

demonstrou isso, ao longo dos seus anos na vida pública. Como político guerreiro sempre empunhou a bandeira do trabalho, sempre empunhou a bandeira da paz e sempre defendeu o Estado do Paraná! Por isso, na nossa região hoje, posso dizer de vários municípios que choram a ausência do grande companheiro que foi José Carlos Martinez que dificilmente será esquecido pela classe política do Paraná, pela contribuição que deu a este Estado.

Quero me solidarizar, dar os meus pêsames à família e parabenizar o senhor, que é líder do PTB nesta Casa, e dizer do trabalho valoroso de um político que tem a fraternidade dentro do coração e um amor pelo povo do Paraná.

O SR. CARLOS SIMÕES

E o Martinez tinha uma grande qualidade: era sempre muito claro. Por isso também, companheiros deputados, que o PTB cresceu de tal forma a nível nacional. Quando ouvimos o Lula, aqui na Assembléia, o nosso presidente, falar com tanta sinceridade que o Martinez era seu amigo porque ele levava o PTB e levou o PTB para base de apoio do governo Lula com clareza. Todos nós sabíamos, e todos sabiam em Brasília, como se conduzia junto ao governo federal. Não tinha nada escondido. Por isso é que o PTB cresceu e vai continuar crescendo.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Carlos Simões, quero externar o nosso profundo pesar pelo falecimento do deputado Luiz Carlos Martinez. Todos sabem que durante a história política do Paraná, grande parcela da história recente, nós do PMDB, tivemos embates com o deputado Luiz Carlos Martinez, mas o próprio governador Roberto Requião em nota oficial decretou luto oficial no Estado do Paraná e esteve presente aqui, na Assembléia Legislativa, prestando homenagem ao deputado Martinez e aos seus familiares. Naturalmente que o Paraná teve uma perda com o seu passamento. Lamentamos profundamente.

O PTB nesta Casa tem tido uma postura muito séria, correta, tem votado com o governo naquilo que acha que deve votar, tem ajudado a dar sustentação política nas coisas boas para o Paraná.

Então, lamentamos o passamento do deputado Martinez e externamos o nosso profundo pesar ao PTB, a V. Exa. e ao seu irmão, que é presidente do PTB do Paraná, deputado federal Íris Simões. Acreditamos que o PTB possa continuar nessa trilha de crescimento, de fortalecimento, porque V. Exas têm plena capacidade, determinação, coragem para construir esse Partido, fazê-lo forte e regimentado para continuar brilhando no nosso Estado.

Parabéns pelo vosso pronunciamento, e os nossos sentimentos ao PTB e aos familiares do deputado Martinez.

O SR. CARLOS SIMÕES

Deputado Nereu, digo-lhe uma coisa: nunca, em nenhum momento do grande embate que teve o Requião com o Martinez anos atrás - eu, que trabalhava na televisão dele - nunca me pediu para falar mal do Requião, para votar contra o Requião. Até foi ferido em algum momento, mas em nenhum momento pediu a qualquer um de nós, até com os funcionários da televisão, nunca pediu. A última passagem, deputado Nereu, quando o Lula editou medida provisória sobre os transgênicos, numa reunião comentavam: "Martinez, agora o Requião pede que nós votemos contra os transgênicos no Paraná. O que você acha?" E ele falou: "Carlos Simões, siga o teu governador. Nós seguimos o nosso líder, que é o Lula. Vocês sigam o Requião, sigam o pedido dele."

Ele pediu, Nereu, Vanhoni, que nós os acompanhássemos nessa votação contra o transgênico! Veja que nesse momento tão delicado ele podia pedir para nós acompanharmos o Lula; vamos votar a favor dos transgênicos no Paraná. Em absoluto! Ele não pediu! E me pediu, inclusive, que votasse junto com o governador, mostrando-lhe solidariedade! Em momento nenhum o Martinez havia se intrometido no Partido, pedindo ou exigindo que o PTB votasse dessa ou daquela forma; nos deixou com total liberdade. É importante dizer isso, porque ele vivia bem feliz, faceiro, contente. Barbosa Neto, você o conhecia, trabalhava com ele na televisão, sabe que ele tinha um lema muito importante: "Estou de bem com a vida."

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria, deputado Carlos Simões, de me somar ao seu pronunciamento, parabenizá-lo pela felicidade nas colocações das palavras, e, principalmente, contar aqui aos nossos colegas, da emoção que foi participar da cerimônia de cremação em Campina Grande do Sul na última quinta-feira, quando uma cerimônia restrita para 100 pessoas, proporcionou para todos nós a fala do presidente nacional, do PTB, deputado Roberto Jeferson, que disse que Martinez foi um visionário do seu tempo, que amava Martinez, não pelas suas qualidades, mas, principalmente, pelos seus defeitos, porque amar qualquer ser humano pelas suas virtudes é fácil, e Martinez nunca foi candidato a homem perfeito. E ele, que deu tanto trabalho aos seus adversários em vida, mostrou que era um empresário obstinado, creditando a ele principalmente a criação da única emissora em rede nacional fora do eixo Rio-São Paulo, que é a CNT. Disse que Martinez, com a sua renitência, com a sua obstinação, antecipou-se à própria morte através de um acidente trágico que o vitimou, dando trabalho - entre aspas, a todos nós, para localizar seu corpo, e no dia da sua morte uma chuva abençoada para lavar a sua alma, a sua honra, definitivamente.

Nossos pêsames, aqui, ao irmão Flávio, ao pai Sr. Oscar, ao filho Oscarzinho, ao Rodrigo, à Priscila e à Mônica, aos familiares de José Carlos Martinez, que vão honrar este nome e seguir adiante a saga dessa família.

Obrigado pelo aparte.

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, muito obrigado pela tolerância desses minutos a mais.

É importante que fique registrado para a história e para a posteridade, que o Paraná perde, o Brasil perde um grande articulista, um homem de uma visão extraordinária, homem que agrupou pessoas tão importantes, tão inteligentes, como deputados estaduais, federais e senadores no Brasil inteiro.

Martinez, que Deus o tenha em bom lugar, e à sua família, as nossas condolências.

Muito obrigado.

A SRA, LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Apenas pedi pela ordem, para registrar a presença, nesta Casa, no nosso vereador Ciro Fernandes Correia Júnior - vereador do PT de Ivaiporã e também do nosso presidente do PT de Ivaiporã, Ademir da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Horário da Liderança do PFL, com a palavra o deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a esta tribuna no dia de hoje para comemorar o aniversário da inauguração dos leitos de UTI's que foram, entre aspas, inaugurados no dia 15 de setembro. Daqui a dois dias estará fazendo um mês de aniversário, pelos representantes do Governo do Estado do Paraná - em especial pelo secretário da Saúde, que esteve em Ponta Grossa inaugurando dez leitos de UTI's para atender às pessoas de Ponta Grossa e da região através do SUS. Pasmem, um mês de aniversário, que maravilha! Só que até hoje, senhor presidente, senhores deputados, vergonhosamente os leitos de UTI's não funcionaram e não funcionam, não estão atendendo ninguém na cidade de Ponta Grossa! Continuam morrendo pessoas por falta de atendimento dos leitos de UTI's, atendimentos pelo SUS!

Até agora, só foto, deputado Bradock, uma bela foto no dia do aniversário da cidade foi feita, aonde os representantes do Governo do Estado, lá, junto com a Prefeitura Municipal, inauguraram dez leitos de UTI's! Muito bonito! As fotos foram para os jornais, para todos os meios de comunicação, e até agora, nada! Até agora os dez leitos não funcionam!

Senhor presidente, quero deixar aqui registrado a má vontade que está se tendo na solução deste problema da saúde na nossa cidade de Ponta Grossa.

Concedo aparte ao deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto

Gostaria de me associar a V. Exa. na cobrança que está sendo feita das UTI's de Ponta Grossa, e também gostaria de destacar que o principal problema do não fun-

cionamento, deve-se, principalmente, à questão de alguns equipamentos que estão faltando no Hospital Cidade e que, segundo o Dr. Mansur, que é o dono do hospital, esses equipamentos, como a rampa, deveriam ser colocados pelo município de Ponta Grossa, que ficou de colocar a rampa e não o fez, era um compromisso do prefeito. O Estado, na verdade, cumpriu com a sua parte e pagou metade das UTI's que estão lá, enquanto o Dr. Mansur fez a outra metade, faltando apenas a Vigilância Sanitária Municipal, que embargou tudo e não deixou funcionarem as UTI's e isso tem preocupado a nossa região.

V. Exa. tem toda razão, mas aqui deve-se fazer um elogio ao Governo que fez a sua parte; o que está faltando é a parte do município, que mais uma vez fez um grande projeto, só que não deu os recursos para fazer o que devia fazer!

Esse é o meu aparte. Muito obrigado, deputado Plauto!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Para ficar aqui registrado, senhor presidente, que a solução, que foi tão divulgada pelo Governo do Estado do Paraná, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, não aconteceu!

Quero aqui também cobrar, pois no final do mês de abril, senhores deputados, estive em Ponta Grossa o secretário da Saúde, na maior boa vontade, anunciando que o município iria receber cento e trinta mil reais por mês para poder viabilizar na Santa Casa de Misericórdia, o custeio dos leitos de UTI neonatal que lá foram colocados à disposição do hospital no ano passado, ainda no governo anterior, no ano de 2002, e o hospital, que aceitou esses leitos, se propôs a colocar em funcionamento, sendo que o governo atual se comprometeu de ajudar com o custeio mensal desses leitos.

Foi prometido cem mil para a Santa Casa de Misericórdia e também uma ajuda para o nosso Pronto-Socorro Municipal, no valor de trinta mil reais.

Pasmem, senhores deputados, mais uma conversa, mais uma mídia, uma divulgação que o Estado do Paraná inteiro ouviu, só que até agora absolutamente nada, mais uma conversa que foi colocada ao vento, mais uma promessa que foi feita a nós pontagrossenses, aos moradores dos Campos Gerais e até agora, só papo, só conversa, e ação que é bom, muito pouco!

Obrigado, senhores presidente, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo horário ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero deixar registrado aqui a alegria e o contentamento dos agricultores da região central do Paraná, da região de Campo Mourão, que foi contemplada com a

visita do governador Roberto Requião; do vice-governador e secretário da Agricultura, Orlando Pessuti, dos deputados Nishimori, de Maringá, e Ademir Bier, da cidade de Marechal Rondon; do ministro da Agricultura do Brasil, ministro Roberto, em um grande evento, e eu, que já há vinte anos na vida pública, pude ali participar do evento da festa do lançamento do plantio, onde recebemos essas autoridades, prestigiando o agricultor, porque, na verdade até hoje não tinha visto um governador, um ministro e autoridades de secretarias prestigiar um evento daqueles que ajudam, daqueles que plantam, que fazem o progresso e ajudam a balança comercial com o seu superávit na produção de produtos da agricultura que são os produtos primários e também de exportação.

Esse evento marcou a festa, principalmente a região de Campo Mourão, porque lá temos hoje uma das maiores cooperativas da América Latina, onde, com tecnologia e ciência vem, a cada ano que passa, inovando os seus conhecimentos na área da agricultura. Para mim, que sou deputado da região da Concam, juntamente com todos os prefeitos, receber a visita ilustre do Governo do Estado do Paraná, do governador Requião e também do seu secretário da Agricultura, que é o ex-deputado Orlando Pessuti, é uma honra. Tenho certeza, senhores deputados, que a agricultura do Paraná cada vez vai se fortalecer mais, porque na verdade a agricultura e o agricultor são a razão da existência da cidade. E, naquele momento, vimos ali a firmeza das lideranças e o reconhecimento dos agricultores por esse grande apoio que levou o ministro do Brasil, do Governo Lula, o Roberto e também o nosso governador Roberto Requião e Orlando Pessuti.

Em nome da Concam, em nome da agricultura da nossa região, agradecemos esse apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo horário destinado ao PDT. Antes, porém, quero registrar a presença do prefeito Same, de Iretama e também do prefeito Reinaldo, de Castro.

Um abraço.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para registrar nos Anais desta Casa, em nome do Bloco Independente, estamos trazendo a notícia do passamento do avô do deputado Ratinho Júnior, pai do apresentador Carlos “Ratinho” Massa, Sr. Domingos Massa, que faleceu ontem, às 06h00 da manhã, na cidade de Monte Sião, em Minas Gerais. Estava já bastante adiantada a sua degeneração; fazia hemodiálise. Foi sepultado agora, às 09h30, justificando a ausência do deputado Ratinho Júnior, e também, em nome desta Casa, lamentando o passamento, com votos de profundo pesar a toda a família Massa.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Casa se soma aos votos de pesar da família do deputado Ratinho Júnior.

Próximo horário: PMDB. Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. É uma alegria muito grande poder mais uma vez ocupar esta tribuna.

Inicialmente, gostaríamos de enaltecer o trabalho que está sendo realizado nesta Casa, no que diz respeito ao processo de informatização nos nossos gabinetes da Assembléia Legislativa.

Na última semana, todos nós parlamentares e alguns departamentos desta Casa, receberam dois computadores para cada gabinete parlamentar e também para os demais setores da nossa Assembléia, a fim de que, a partir do momento que forem comprados os sistemas de informatização que estão sendo licitados, nós possamos ter definitivamente a informatização tão cobrada, tão sonhada, implantada na Casa Legislativa do povo do Paraná.

Gostaria de destacar o trabalho do nosso 1º secretário, Nereu Moura, e também dizer que estou muito feliz porque nós contribuimos para a economia do Paraná, para a economia da Assembléia Legislativa, quando nós levamos ao conhecimento do deputado Nereu Moura, 1º secretário desta Assembléia, a possibilidade de se ganhar esses computadores, como assim ocorreu.

Recebemos a informação de um amigo nosso, que trabalha no ramo de informática e esse nos relatou o que havia acontecido no Tribunal de Justiça, onde lá os computadores também foram doados por uma instituição financeira. Levamos a idéia ao nosso 1º secretário, e esse fez contato com todas elas e acabamos sendo beneficiados com a doação de 150 computadores para a Assembléia Legislativa, fazendo com que a nossa Casa economizasse aproximadamente 500 mil reais. Não obstante, quero falar sobre um assunto que nos traz também bastante alegria.

O SR. NEIVO BERALDIN

Antes que V. Exa. comece um outro assunto, devo solicitar-lhe um aparte a V. Exa. e agradeço a concessão. Porque quando V. Exa. me concede, dá-me a oportunidade de dizer que eu não aceitei os dois computadores doados pelo Banco Itaú, por uma razão simples, porque neste momento estamos em uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a questão do Banestado, que evidentemente envolve aí o Itaú, porque foi quem comprou o Banestado. E nesse contexto nós já temos “ene” dúvidas do processo de venda e de avaliação do nosso querido Banestado, que quem comprou foi o Itaú.

Por isso, não me sentiria à vontade em receber computadores doados pelo Banco Itaú, sobretudo porque três anos antes de vencer os cinco anos de exclusividade de deter o dinheiro público, três anos antes o Governo Lerner renovou até 2010. Só por aí já é mais que sufici-

ente para não aceitar a doação desses computadores, até porque a Casa tem verba para investimento, custeio e pagamento de pessoal.

O ARTAGÃO JÚNIOR

Concedo um aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Artagão, quero, em nome da Mesa Executiva, agradecer a V. Exa., que foi efetivamente a pessoa que começou as tratativas para a doação dos computadores a este Poder.

Acho, deputado Artagão, que a Assembléia Legislativa do Paraná, ao conseguir a doação de computadores para esta Casa, está fazendo um trato rigoroso do dinheiro público, porque, ao invés de comprar esta ganhando, e isso, publicamente, sem nenhum negócio às escondidas, sem nenhum relacionamento que não fosse claro, público e transparente.

Aliás, a Assembléia Legislativa do Paraná mantém as suas contas no Banco Itaú e o Banco Itaú tem o mesmo dever e a obrigação de fazer a doação dos computadores para esta Casa, como doou para o Tribunal de Justiça. Doou setecentas impressoras para o Tribunal de Justiça do Paraná, de forma clara e transparente, permitindo que o Poder Judiciário do nosso Estado tivesse uma economia extraordinária com a doação desses equipamentos, assim como nós aqui, nesta Casa, também estamos tendo uma economia extraordinária com a doação dos computadores do Banco Itaú.

A nossa relação é clara e transparente. O nosso presidente, deputado Hermas Brandão, assinou o contrato de cessão, por parte do Itaú, desses equipamentos para a Assembléia e chamamos a imprensa, que desde o primeiro momento acompanhou. E V. Exa. tem toda a razão e tem muitos méritos, porque foi quem começou com essa idéia e que levou o pessoal ao nosso gabinete; e por isso, queremos lhe agradecer.

E os deputados, à exceção do deputado Neivo Beraldin, todos que nos procuravam, cumprimentaram a Mesa Executiva por essa atitude; todos os deputados foram sensíveis de que a Assembléia está fazendo um trabalho para fazer a informatização, para fazer com que esta Casa fique cada vez mais transparente, para que a Assembléia Legislativa possa estar evoluindo, crescendo e se transformando em uma Casa sintonizada com os sentimentos do povo do Paraná.

E agora, estamos para concluir o processo de informatização, abrindo o processo de licitação para a aquisição do sistema, propriamente dito, porque a aparelhagem nós já temos toda.

Por isso quero agradecer-lhe pelo trabalho que V. Exa. fez, preocupado em que a Assembléia gaste o dinheiro público com rigor, com determinação e poupe aquilo que seja possível poupar.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sem dúvida alguma, todos nós sabemos que os atos públicos têm que seguir os princípios constitucionais. Não tenho nenhuma dúvida que esta Casa está agindo com transparência, dentro dos princípios da legalidade, e principalmente, buscando o princípio da economicidade.

Parabéns ao deputado Nereu Moura, parabéns ao nosso presidente, Hermas Brandão, parabéns a toda a Mesa Executiva por essa atitude! Sem dúvida alguma está contribuindo para melhorar as condições de trabalho as condições tão desejadas de informatização para nós, parlamentares, e para o povo, tendo acesso a essas informações com maior facilidade.

Que nós possamos continuar buscando sempre, deputado Nereu, amigos parlamentares, ações deste quilate, porque, sem dúvida alguma, essas são algumas das nossas responsabilidades. Evidentemente que o deputado Neivo Beraldin tem razão em se colocar nesta posição, uma vez que ele está presidindo aquela CPI, mas efetivamente não houve conclusões ainda sobre os seus trabalhos, e nós não podemos imputar responsabilidades antes de sabermos quais são as conclusões do relatório desta CPI.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado à Liderança da Oposição: com a palavra, o deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Na semana passada eu ocupava esta tribuna e queria ter feito um pronunciamento sobre a morte de José Carlos Gomes de Carvalho, mas diante da outra morte ocorrida naquela semana, a Sessão de segunda-feira da semana passada, foi destinada única e exclusivamente para fazer as homenagens ao deputado José Carlos Martinez.

José Carlos Martinez dispensa comentários. O seu trabalho e os seus feitos realizados no Estado do Paraná, sobre a vida e sobre a morte desse deputado, já nos manifestamos na segunda-feira da semana passada. Por isso, na Sessão de hoje, me reservo ao menos esse espaço, de fazer outra homenagem a outra pessoa ilustre.

(Lê):

“Todos os meios de comunicação, anunciaram a morte de José Carlos Gomes de Carvalho, como também discorrem, de forma carinhosa, sobre sua vida e sua trajetória como empresário e como político.

Assim como as senhoras e os senhores deputados, o povo paranaense, diante de tantas informações a seu respeito, também tem agora, graças a essas publicações, uma visão mais clara e completa, a respeito de sua vida, desde o dia em que nasceu, no belo e encantador município de Santo Antônio da Platina, onde estive há poucos dias.

Dispenso-me, por conseguinte, de enumerar as funções e cargos que exerceu em sua rica e incomparável trajetória, nas esferas tanto pública, quanto privada.

O tempo que ocupo na tribuna e que me é facultado, senhor presidente, regimentalmente, quero dedicar, de forma muito modesta, porém com grandeza de alma, aos valores que José Carlos Gomes de Carvalho, prezava e cultuava em vida.

Diversas foram as ocasiões em que tive a oportunidade de estar a sós com essa extraordinária figura humana, assim como também tiveram a mesma oportunidade as senhoras e os senhores deputados.

Uma das primeiras virtudes que nele se sobressaía, era a humildade.

Disse-me certa vez, que nasceu de uma família muito modesta, pobre, porém honrada e trabalhadora.

Talvez tenha sido esta condição de ter nascido em berço simples, o fato de tê-lo feito sempre grande, que tenha gerado nele a sua grande e vertiginosa capacidade de trabalho.

Tudo para ele era um eterno recomeço. Nunca deixou que o medo, as dificuldades vencessem a esperança. A garra de vencer os desafios, que a vida naturalmente impõe, era sempre maior que qualquer obstáculo.

Outra bela e preciosíssima virtude, era o seu distinguido amor ao trabalho.

Ocupou todos os espaços. Nunca quis chegar em segundo. Brilhava por chegar, sempre, em tempo hábil.

As barreiras tanto ideológicas, quanto empresarial ou política, serviam tão somente de estímulo, nunca de desânimo, nunca de desalento ou de acomodação.

Dizia que o trabalho dignificava o homem e para ele, (o trabalho) é que dava, na verdade, sentido à existência do próprio homem. O sentido da vida, para este valioso ser humano, estava, portanto, no trabalho.

Sua devoção ao trabalho fez dele, um homem empreendedor. Líder. Carismático.

Um dos amigos mais próximos de José Carlos Gomes de Carvalho, disse-me no dia de seu prematuro falecimento, que ele não dormia antes de uma hora da madrugada e acordava mal rompida a aurora, isto é, antes das seis horas da manhã. O trabalho o realizava, e por isso, considerava uma dádiva divina. Do trabalho, fazia, com certeza, uma permanente oração.

Outra virtude inerente nele, era a de ser um político com letra maiúscula. Tinha a política, como ciência, como arte. A política era para ele a arte de fazer, mas também promover o bem comum e não de fazer política-gem. Praticava-a, com honestidade, e anunciava que seu princípio se fundamentava na verdade. A verdade é a bandeira da política, comentava convicto.

E assim a exerceu como senador, como vice-prefeito de Curitiba, assumindo várias vezes o cargo de prefeito, como secretário de Estado da Indústria e Comércio, como secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, como presidente de Partido ou militante partidário, e ultimamente, como suplente do senador Osmar

Dias. Qualquer que fosse sua incumbência no campo político, a desenvolvia com presteza, retidão e maturidade.

A história política paranaense portanto, haverá de fazer sempre, justiça a esse grande homem público, porque fez da vivência política exatamente o que ela contém em sua essência: a justiça social, bem coletivo.

Outro dom ímpar era seu refinado tino administrativo. Uma capacidade empresarial inigualável. Dizem que para ser bem sucedido e consagrado na área empresarial, o empresário, deve ter uma visão como a da águia: do alto ela vê um horizonte maior. A dimensão é maior. O seu dia-a-dia era assim.

Sempre com visão ampliada, ao contrário de muitos que, tal qual a visão de galinha que só enxerga onde cisca, assim também procedem em suas atividades. Sempre esteve atento e presente às grandes discussões nacionais. Foi, com certeza, inestimável a sua contribuição dentro deste contexto.

A FIEP era, por exemplo, sua pérola preciosa. Duas vezes presidente da Federação das Indústrias do Paraná, uma entidade das mais importantes e expressivas do Brasil, graças ao seu talento. Dizem que é possível repassar a outros, experiências, conhecimentos, porém talento, não se repassa. É algo indivisível. José Carlos, era, portanto um talento. Indiscutível. Inquestionável.

Sinto muito, como certamente todos os senhores deputados, em não poder vê-lo presidindo a ConFederação Nacional das Indústrias, CNI, que era o seu sonho. Sinto profundamente. Outro valor inestimável e inerente nele, era o seu espírito humanitário.

Enganam-se os que pensam, em razão de sua prosperidade financeira, que ele não era benquisto pelos humildes. Era amado, sim! Amado pelos funcionários de suas empresas e amado por todos por onde passava, como administrador ou exercendo funções públicas.

Instituição de caridade, que me declino nominá-las, foram sempre amparadas por ele. Há quem me disse que, entre estas, muitas eram até sustentadas por ele.

Homem, portanto, de muitos e infinitos valores. valores esses que nunca se confundiram com a vulgaridade. Espaço para mesquinharias, jamais!

Empenhou-se muito para apoiar e desenvolver campanhas educativas, formativas e informativas, para que a população sempre fosse bem informada. Queria para todos uma vida quanto mais saudável possível, e sofria, como ninguém, quando os indicadores sociais apresentavam situações adversas.

Na pessoa dele, senhor presidente, brotavam muitos mananciais de solidariedade. E praticava a solidariedade com grande sabedoria.

E por fim, tributava à justiça uma paixão extremada. Dizia que a democracia só existe onde a justiça, é exercida em sua plenitude. A justiça notabiliza os homens, escreveu em um de seus pronunciamentos, e segundo ele, só a justiça poderia produzir para o Paraná, para o Brasil e para o mundo, a paz social.

Li, inclusive em um dos seus escritos, o seguinte texto, que expressa exatamente o pensamento de nosso saudoso e glorioso José Carlos Gomes Carvalho: “Ao ser batizado por São Rems, perguntou-lhe o rei Clóvis quanto tempo duraria o Reino de França. A resposta do bispo Rems veio breve e pronta: “Durará enquanto nele imperar a justiça”. Esta era sua interpretação: sobrevive um povo enquanto imperar a justiça.

Senti-me, senhor presidente, no dever fazer estas considerações, pelo muito que José Carlos Gomes de Carvalho fez pelo Paraná e pelo Brasil. Particularmente, tributo a ele uma eterna admiração pelos bons conselhos e pelos exemplos que me foram repassados.

Só uma coisa não compreendi, na dura lição que mais uma vez tive que assimilar na universidade da vida: Por quê, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, que a posse do novo comando da FIEP, teve que acontecer enquanto um de seus maiores patrimônios estava sendo velado?

Não deu ele, em favor da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, uma parte de sua vida? Não seria a transferência da posse do novo comando da FIEP, uma homenagem de apreço da própria FIEP, a quem nunca lhe faltou?

Senhor presidente, desejei fazer estas considerações finais, só com um objetivo: bendizer o nome do ilustre e muito digno paranaense, e pedir a Deus, neste plenário onde muitas vezes estive, que o receba na paz celestial.

O Sr. Neivo Beraldin

Permite um aparte, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Eu peço ao orador que ocupa a tribuna que conceda, por favor, aparte rápido, para que possamos concluir, já que passaram mais de sete minutos e nós temos toda a pauta e uma reunião logo em seguida, e uma Sessão Solene às 17h00.

O SR. ELIO RUSCH

Eu gostaria que V. Exa. fosse também complacente conosco, da mesma forma como V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

A Mesa está sendo muito complacente, pedindo ao orador que pediu o aparte que seja breve para que possamos dar continuidade.

O Sr. Neivo Beraldin

Acho que o pronunciamento de V. Exa. nesta tribuna é momento, inclusive de reflexão, para todos nós aqui nesta Casa, porque, V. Exa, lembra hoje de um cidadão que fez a história do Paraná, não como cidadão que fez, que divulgou o Paraná dentro do Paraná. Ele divulgou o Paraná para o Brasil. Ele abriu as portas do Paraná para o mundo. Ele era um homem dinâmico, capaz, ágil,

competente. Estas características ninguém pode tirar do José Carlos Gomes de Carvalho. Homem vocacionado para o trabalho. Um homem realizador.

Realizado, sim, como empresário, mas realizador, como idealizador das bandeiras, e como ele encampava as bandeiras do Paraná! Quantas vezes o José Carlos Gomes de Carvalho, lá no Senado, como senador, lutou pelos royalties de Itaipu defendendo o Paraná, a grandeza do Paraná e do Brasil.

Então, os paranaenses, com certeza, a família, sim, perdeu um chefe de família honrado, exemplar, mas o povo do Paraná perdeu um grande empreendedor, um homem que sabia vender o Paraná como ninguém, um homem que lutava pelo Paraná como poucos.

Por isso, deputado Elio Rusch, V. Exa. está de parabéns por ocupar a tribuna nesta tarde e evidenciar essa história maravilhosa de José Carlos Gomes de Carvalho.

O Sr. Rafael Greca

Deputado Elio Rusch, quero agradecer a delicada menção que o senhor faz a este homem que foi grande e que foi nosso!

E profundamente sensibilizado pela menção ao nosso querido vice-prefeito, quero dizer que o fato de ter havido a posse da nova presidência da Federação das Indústrias no momento em que começava o guardamento do corpo do Carvalhinho, em nada feriu a sua memória trabalhadora. Ele não gostaria que fosse diferente porque o seu apreço pelo trabalho não permitiria que, em um único momento, a sede da Federação, a direção da Federação das Indústrias ficasse vacante. Ele mesmo pediu a Eliane que mandasse o seu discurso ainda quando estava na unidade de terapia intensiva do hospital, e durante a posse da Federação das Indústrias, um dos momentos de maior emoção foi a leitura do seu discurso que é uma verdadeira carta de despedida, falando exatamente que ele não queria um adeus, mas queria exortar o Paraná e os paranaenses a continuarem numa esteira de trabalho, de otimismo, de alegria. A vida não é senão uma sucessão de despedidas até que nós lhe demos o definitivo adeus.

Acho que do Carvalhinho nós temos a aprender a lição de tenacidade, de força de vontade de dinamismo. Eu com ele aprendi muito enquanto o tive como vice-prefeito, mas acho que uma forma de honrar a sua memória é dar ao Cietep e à Federação das Indústrias, através do seu honrado presidente, Rodrigo da Rocha Loures, uma força nova e de grande vigor que o novo presidente tem todas as condições de dar.

E nós que o lembramos, vamos lembrá-lo sempre com o vigor da sua presença em Brasília, com a força da sua representação no Senado, e com o profundo amor que ele teve pela nossa Curitiba. Que ele cuide da cidade e do Estado lá dos páramos altos, onde, com certeza, ele está.

Eu, pessoalmente quero lhe agradecer, deputado Elio Rusch, a delicadeza de fazer-lhe memória.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço aos deputados que nos apartearam, de uma forma muito especial ao presidente Stica, por nos ter cedido uns minutos a mais para que pudéssemos concluir o nosso pronunciamento e também ouvirmos os deputados que nos apartearam.

Para encerrar, senhor presidente, dizer que José Carlos Gomes de Carvalho, o Carvalhinho, quando esteve no Senado, e muito bem lembrado pelo deputado Neivo Beraldin, Francisco Cunha Pereira Filho quem encampou exatamente esta campanha dos royalties, no Estado do Paraná, que fossem pagos e que fosse regulamentado o artigo da constituição brasileira, através de uma lei complementar federal.

E podemos atribuir a estes dois homens públicos, Francisco Cunha Pereira que foi o idealizador, que promoveu as campanhas através das suas redes de comunicação, tanto na televisão como nos jornais e junto com ele se somou toda a imprensa do Estado do Paraná e toda a força política do nosso Estado, tanto aqui na Assembléia Legislativa como no Congresso Nacional.

E coube ao Carvalhinho quando ele esteve no Senado, fazer com que essa lei fosse regulamentada e os municípios lindeiros ao Lago Itaipu, desde Foz do Iguaçu até Mundo Novo, recebessem os 45% dos royalties que são devidos ao Estado do Paraná. Com essa distribuição, o Estado do Paraná recebe o mesmo percentual dos royalties que foi regulamentado pelo nosso saudoso Carvalhinho.

Então, essa é a homenagem que gostaria de fazer aqui desta tribuna. Em meu nome e em nome da Bancada do PFL, aqui na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 105/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, reivindicando para a Prefeitura de Londrina a utilização de terreno para construção de uma Capela Mortuária no Parque Ouro Branco. À **Comissão de Constituição e Justiça**.

Indicação nº 106/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente, sugerindo a contratação de funcionários no IML de Ponta Grossa. À **Comissão de Segurança Pública**.

Indicação nº 107/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo o estabelecimento de prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao Instituto Ambiental do Paraná. À **Comissão de Ecologia e Meio Ambiente**.

Projeto de lei complementar, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 05 (cinco), de autoria do deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 070/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Convivência da 3ª Idade, com sede no município de Guairacá e foro no município de Paranavaí. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Convivência da 3ª Idade de Guairacá, com sede

no município de Guairacá e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.09.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 251/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Federação Regional de Pais e Presidentes de APM's e APP's de Escolas Estaduais e Municipais de Campo Mourão e Regiões Jurisdicionadas - Feracam, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 031/2003, de 12.05.2003).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 295/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que institui o sistema de bônus pecuniários e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar em casos de apreensão de armas. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 295/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o sistema de bônus pecuniários e de pontuação para merecimento aos integrantes da Polícia Civil ou da Polícia Militar que no exercício de suas funções, encontrem armas sem registro e/ou autorização legal, apreendê-las e entregá-las ao órgão de que trata o artigo 2º desta lei.

Parágrafo Único - O bônus pecuniário previsto no *caput* deste artigo aplica-se, também, a todo cidadão que, voluntariamente entregar arma de fogo, cuja posse detinha a qualquer título.

Art. 2º - As armas apreendidas serão entregues ao órgão policial ao qual couber a responsabilidade pela tomada dos procedimentos legais cabíveis, inclusive de elaboração de laudo pericial e definição final do armamento.

Art. 3º - Os responsáveis por aplicações indevidas das disposições desta lei serão indiciados em processos disciplinares, na forma da legislação própria.

Art. 4º - Mediante decreto, o Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de até 60 dias a contar da data de sua publicação, definindo a forma de concessão de bônus e os seus valores financeiros, assim

como a sistemática de pontuação para os fins descritos no artigo 1º.

Art. 5º - Para atendimento ao disposto nesta lei, fica autorizado o remanejamento orçamentário que se fizer necessário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 299/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Água do Gavião, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro d'Oeste. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/2003, de 27.05.2003).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 308/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a ASR - Associação das Senhoras de Ratorianos de Planalto, com sede e foro na comarca de Capanema. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/2003, de 28.05.2003).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 392/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação de Ensino Agropecuário Oeste do Paraná - Agropar, no município de Palotina, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04.08.2003).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 411/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cidadãos da Vila Isabel - Assobel, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 057/2003, de 05.08.2003).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 418/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui o Dia Estadual dos Surdos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 418/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o dia 26 de setembro de cada ano, como Dia Estadual dos Surdos, com o objetivo de definir uma data para que se promovam atividades que

contribuam para uma reflexão sobre a condição de vida do surdo e em favor da sua maior inclusão social.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.09.2003
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 424/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que institui a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 424/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Paraná, a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, a realizar-se, anualmente, no período de 21 a 28 de agosto, objetivando:

I - promover a cultura da prevenção da doença e acidente do trabalho;

II - lembrar e homenagear, anualmente, aqueles que perderam sua vida ou a saúde, nos locais de trabalho;

III - tornar o evento de elevada importância a cada ano, no chamamento da atenção do Estado de sua meta de diminuir os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;

IV - promover culturalmente o valor da efetividade da implementação das normas de saúde e segurança do trabalho nos ambientes de trabalho estabelecidos no Estado;

V - conscientizar e inibir, empregadores e dirigentes de estabelecimentos públicos estaduais, de ações de desrespeito à saúde e à segurança no trabalho;

VI - incentivar e promover eventos e manifestações nos ambientes de trabalho e/ou publicamente, sobre o respeito às normas ocupacionais e da atenção às condições de salubridade e segurança.

Art. 2º - Durante a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador, aqueles que perderam a vida ou que tenham sofrido mutilações com perda de capacidade produtiva no trabalho, serão lembrados e homenageados em seus estabelecimentos empregadores de origem.

Parágrafo Único - Os empregadores deverão enviar esforços para, sempre que possível, coincidir a Semana Interna de Prevenção de Acidente do Trabalho - Sipat, da sua empresa, quando nela o houver, com a Semana de Valorização da Vida do Trabalhador.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.09.2003
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente - Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 501/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que institui declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 501/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Escolas de Futebol, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.09.2003
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 507/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que denomina João Leandro Barbosa o trecho entre o município de Rio Branco do Ivaí ao entroncamento da Rodovia PR-082. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2003, de 03.09.2003).**

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/2003, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Rosário do Ivaí, com sede no município de Rosário do Ivaí e foro na comarca de Grande Rios. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTER TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado a emenda.**

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Leonilda Obadoswski Prado - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado a emenda.**

ITEM 14

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 525/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maternal de Sarandi - AMAS, com sede e foro no município de Sarandi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado a emenda.**

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no município de Guaraci, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08.04.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 186/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Guaraci, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 186/2003

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel no município de Guaraci.

Fundamentação

A proposição já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças acompanha o pensamento do legislador que a doação do imóvel irá trazer enormes benefícios ao Centro Educacional Municipal Recanto da Alegria e para a comunidade do município de Guaraci, pois a entidade atende cerca de 80 alunos em período integral.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 186/2003.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 186/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, que tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a doar imóvel no município de Guaraci.

Considerando que a presente proposta já recebeu análise e parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, como também da douta Comissão de Finanças.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações ratifica o posicionamento das citadas comissões e também considera importantíssima a respectiva doação do imóvel ao Centro Educacional Municipal Recanto da Alegria, principalmente pelos benefícios que a entidade proporcionará aos 80 alunos que estudam naquele centro em período integral, para a comunidade e ao município de Guaraci.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 186/2003.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 187/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel no município de Guaraci, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/2003, de 08/04/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 187/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Guaraci, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça e se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 187/2003

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 187/2003, objeto desta análise jurídico legislativa, é de autoria do senhor

deputado Durval Amaral, que visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Guaraci.

Conforme análise do projeto de lei em questão, observamos que o mesmo tem como objetivo proceder reformas e melhorias, as quais o prédio necessita, para assim dar melhor atendimento aos alunos que ali estudam.

Com base na justificativa, bem como no mérito da questão, o referido projeto de lei atende aos dispositivos constitucionais necessários. Assim sendo, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao presente plano de lei.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 187/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Guaraci, conforme especifica.

O referido projeto de lei, agiliza e contribui em relação ao aspecto de ordem da administração pública, solucionando as ansiedades da entidade e do município.

Enaltecemos o interesse e a preocupação do nobre deputado, posicionando-nos favoravelmente a tão nobre iniciativa.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Umuarama o terreno nº 3-B, subdivisão do terreno nº 03, da quadra nº 37, do município de Umuarama. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/2003, de 22/04/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 211/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Umuarama o terreno nº 3-B, subdivisão do terreno nº 03, da quadra nº 37, do município de Umuarama.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça e se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 211/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela de autoria do deputado Nelson Garcia, autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Umuarama o terreno nº 3-B, subdivisão do terreno nº 03, da quadra nº 37, zona nº 1, localizado no Centro Cívico, no município de Umuarama, com área de 862.50m².

A referida doação é de interesse do município de Umuarama, o qual pretende exclusivamente construir sede própria da Câmara Municipal de Vereadores e não poderá ter outra destinação.

Face ao exposto contido no projeto de lei e tendo em vista que a proposição em epígrafe visa atender aos interesses maiores da população daquele município e objetivos da administração municipal, ao ser consultada esta douta Comissão nada obsta, sendo assim nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.09.2003.

(aa) VANDERLEI IENSEN - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que autoriza a cessão de imóvel à Associação dos Amigos do Projeto Coração para Coração, com sede em Maringá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25/06/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 374/2003

P A R E C E R :

I - Histórico

O Projeto de Lei nº 374/2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, que autoriza a cessão de imóvel à Associação dos Amigos do Projeto Coração para Coração, com sede em Maringá, Estado do Paraná.

A Associação dos Amigos do Projeto Coração para Coração é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional e cultural.

II - Fundamentação

O projeto não apresenta óbice legal ou constitucional.

Segundo Hely Lopes Meirelles:

“Cessão de uso é a transferência gratuita de posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a

fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado.

(...) Trata-se, apenas, de transferência de posse do cedente para o cessionário, mas ficando sempre a Administração-proprietária com o domínio do bem cedido, para retomá-lo a qualquer momento ou recebê-lo ao término da cessão.” (Curso de Direito Administrativo, 20ª Edição, Malheiros, São Paulo, 1995, p. 438).

Esta é medida mais adequada de utilização do patrimônio público, vez que os bens públicos podem atingir a sua finalidade pública sem que saiam do patrimônio do Estado, como tendo sido através do instituto da doação.

III - Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 374/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 374//2003, de autoria do deputado Ratinho Júnior, tem por finalidade ceder em favor da Associação dos Amigos do Projeto Coração para Coração, com sede em Maringá, a título de comodato, imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná.

A entidade a ser beneficiada, conforme se depreende da documentação anexa ao projeto, é de cunho filantrópico, reconhecida de Utilidade Pública Estadual, e tem prestado relevantes serviços de caráter assistencial, educacional e cultural à população necessitada de Maringá.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto em análise, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a “A.C - Associação Cantuzinho”, com sede no Distrito de Geremias Lunardelli, município de Nova Cantú e foro no município de Campina de Lagoa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 523/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associa-

ção Cantuzinho, com sede no município de Nova Cantú e foro no município de Campina de Lagoa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 523/2003

P A R E C E R :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cantuzinho, com sede no município de Nova Cantú e foro no município de Campina de Lagoa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2256, de autoria do deputado Luiz Nashimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2257 e 2268, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2258 a 2261, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2263, 2264 e 2297, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2265, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2267, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2269, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2270 e 2271, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2273, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2275, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2279, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2281, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2283 e 2291, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2289, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2292 e 2298, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2294, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2299 a 2301, de autoria do deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Quero lembrar que na Sessão de amanhã se discutirá sobre os transgênicos.

Comunicamos, conforme requerimento dos deputados Natálio Stica e Hermas Brandão, que hoje, às 17h00 teremos Sessão Solene em comemoração aos 50 anos da Petrobrás. Todos estão convidados.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 14 à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 186, 187, 211, 374 e 523/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 135, 136, 162, 315, 328, 373, 488, 513, 535, 546, 551, 557, 558, 559, 563, 568 e 578/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 58/2003

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

Designar os funcionários LUIZ GABRIEL FRANCESCHI, ERON ABOUD, CLAUDIA RUSSI FARAH,

PAULO CEZAR S. M. PIMPÃO e DAVID CAMPOS, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Licitação da Publicidade.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.10.2003.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Ata de CPI:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO BANESTADO ATA DA 34ª REUNIÃO

Aos treze dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados-membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Francisco Bühner, Doutor Luciano, Ademir Bier e Pedro Ivo Ilkiv. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação da Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir, a Comissão passou a inquirir os depoentes: Carlos Antônio Valente Castro, ex-diretor-presidente da Banestado Corretora; Paulo Roberto Gonçalves da Silva, ex-diretor da Banestado Corretora; Raul Félix, ex-diretor da Banestado Corretora. Não compareceram à reunião os Srs. Rodrigo Pereira Gomes Júnior e Dimitri Vasic. A íntegra das respostas às indagações dos senhores deputados-membros, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. A Comissão deliberou FAVORAVELMENTE pela reconvocação dos Srs. Rodrigo Pereira Gomes Júnior e Raul Félix, para a reunião do dia 15 de outubro do corrente ano, às 10h00, onde deverá ser ouvido também o Sr. José Schlapak, com outros funcionários que atuavam com ele na liberação de recursos para publicidade e propaganda do Banestado. O senhor presidente comunicou os senhores deputados membros da Comissão, que na próxima reunião a realizar-se no dia 14 de outubro do corrente ano, às 10h00, neste local, serão ouvidos os membros da Comissão de Licitação que contratou o Consórcio CCF e o Consórcio Fator para avaliação do Conglomerado Banestado, atuando no processo de privatização a Sra. Lúcia Paula Cordeiro do Rego Barros Biscaia, presidente da Comissão supracitada, Marcos Antônio Jagher, ambos representantes da Secretaria da Fazenda; e os demais membros: Márcia Carla Pereira Ribeiro, da Procuradoria Geral do Estado; Carlos Roberto Sebastiani e Waldemar Dante Borgaro, ex-servidores do Banestado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente

Alan Marcos Andrade - Secretário

Atas de Comissão:**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
25ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Doutor Luciano, Pastor Edson Praczyk, Nelson Tureck, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Delegado Bradock, Antonio Anibelli, Padre Paulo Campos e Durval Amaral. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Doutor Luciano - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 151/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Mário Bradock - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior e Projeto de Lei nº 476/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 382/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 384/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. O deputado Jocelito Canto solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 05) Projeto de Lei nº 385/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer do deputado Durval Amaral pela devolução da matéria ao autor para correções - DEFERIDO; 06) Projeto de Lei nº 139/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Tadeu Veneri solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 07) Projeto de Lei nº 395/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Os deputados Delegado Bradock e Durval Amaral solicitam VISTAS - Concedida pelo presidente; 08) Projeto de Lei nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 423/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral, na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 425/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Delegado Bradock solicita VISTAS - Concedida pelo presidente; 11) Projeto de Lei nº 426/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 427/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 14) Projeto de

Lei nº 477/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior. Parecer do deputado Durval Amaral pela devolução da matéria ao autor para correções - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei nº 95/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tadeu Veneri, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 159/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 161/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 182/2003 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 313/2003, de autoria do deputado delegado Bradock. Parecer do deputado Durval Amaral pela devolução da matéria ao autor para correções - DEFERIDO; 21) Projeto de Lei nº 331/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 437/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 487/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 488/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 513/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, na forma da emenda anexa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 307/2003, de autoria dos deputado André Vargas e outros. Os deputado Delegado Bradock e Durval Amaral solicitam VISTAS - Concedida pelo presidente; 28) Projeto de Lei nº 448/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Durval Amaral - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 315/2003, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer, na forma da emenda anexa - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 486/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 535/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, na forma da emenda anexa - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 568/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 582/2003, de autoria do Poder Executivo. Os deputado Marcos Isfer e Delegado Bradock solicitam VISTAS - Concedida pelo presidente; 35) Projeto de

de Lei nº 153/2003, de autoria da deputada Elza Correia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 162/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 324/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 328/2003, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 546/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 551/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 557/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 558/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 559/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 563/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 578/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 066/2003, 077/2003, 276/2003 e 345/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e três, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quinta Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 027/2003 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referentes ao mês de maio de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado José Maria Ferreira, relator da Proposição nº 027/2003, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de maio de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Examinada a matéria, concluiu o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e três, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua sexta Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 034/2003 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referentes aos meses de junho e julho de 2003, e Proposição nº 033/2003 - Submeter à aprovação da prestação de contas deste Poder, exercício de 2002. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado José Maria Ferreira, relator da Proposição nº 033/2003, que trata da prestação de con-

tas que compõe os demonstrativos e balanço financeiro, orçamentário e patrimonial, relativas ao exercício financeiro de 2002 deste Poder Legislativo. Após análise da matéria o senhor relator deliberou pelo parecer FAVORÁVEL - APROVADO, uma vez que atende a legislação em vigor, dada à exatidão das contas apresentadas, no que foi acompanhado pelos senhores deputados presentes. Depois usou da palavra o senhor deputado Antonio Anibelli, relator da Proposição nº 034/2003, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente aos meses de junho e julho de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Examinada a matéria, concluiu o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro de dois mil e três, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua quinta Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 037/2003 - Submeter à aprovação da verba de ressarcimento das despesas dos senhores deputados referentes ao mês de agosto de 2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado Plauto Miró Guimarães, relator da Proposição nº 037/2003, que trata da prestação de contas da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de agosto de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14. Examinada a matéria, concluiu o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, concluindo pelo parecer FAVORÁVEL, no que foi acompanhado por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria

Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, senhores deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, em seguida o senhor deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs: 070/2003, 299/2003, 501/2003, 251/2003, 308/2003 e 392/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o projeto de Lei nº 295/2003, que foi aprovado sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

Pauta da CCJ:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PAUTA - 14.10.2003.
ÚLTIMO PRAZO

Projeto de Lei nº 07/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a encampação das concessões

rodoviárias no Paraná. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 13/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que revoga a Lei Complementar nº 76/95. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 078/2003, autor: deputado André Vargas, que institui, no calendário de comemorações oficiais do Estado do Paraná, a Semana da Paz. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 86/2003, autor: deputado Doutor Luciano, que define diretrizes para a implementação do programa de humanização da atenção materno-infantil no âmbito do Sistema Único de Saúde do Paraná. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 106/2003, autores: deputados Doutor Luciano e André Vargas, que regulamenta os recursos mínimos para o financiamento da saúde pública e define as despesas em ações e serviços públicos de saúde. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.09.2003.**

Projeto de Lei nº 139/2003, autor: deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a instituição do sistema seriado nas escolas públicas do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003. - Vistas ao deputado Tadeu Veneri em 07.10.2003.**

Projeto de Lei nº 147/2003, autor: deputado Nereu Moura, que considera relevante no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassento de contingente populacional em áreas onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 158/2003, autor: deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM E IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 246/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7257/79, alterada pelas Leis nºs 7812/83 e 9174/89 (taxa de segurança). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 312/2003, autora: deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493/2003 (dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 12.06.2003 - Vistas ao deputado Hermes Fonseca em 24.06.2003.**

Projeto de Lei nº 333/2003, autora: deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Projeto de Lei nº 355/2003, autor: deputado Marcos Isfer, que estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual. **Ambos anexos - Relator deputado José Maria Ferreira, designado 28.08.2003 - vistas ao deputado Doutor Luciano em 23.09.2003.**

Projeto de Lei nº 370/2003, autor: deputado Doutor Luciano, que proíbe a discriminação aos portadores de epilepsia e seus familiares. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 377/2003, autor: deputado Waldir Leite, que institui o programa de incentivo ao custeio do ensino superior no Estado do Paraná. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 381/2003, autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003 - vistas ao deputado Chico Noroeste em 16.09.2003.**

Projeto de Lei nº 384/2003, autor: deputado Nereu Moura, que altera o anexo único da Lei nº 13.976/2002 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003 - Vistas ao deputado Jocelito Canto em 07.10.2003.**

Projeto de Lei nº 395/2003, autor: deputado Plauto Miró Guimarães, que estabelece a responsabilidade da administração pública estadual pelos danos decorrentes das invasões de terras. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003 - Vistas aos deputados Delegado Bradock e Durval Amaral em 07.10.2003.**

Projeto de Lei nº 400/2003, autor: deputado Barbosa Neto, que cria o Banco de Patrocínio. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 403/2003, autores: deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual do Turismo. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 425/2003, autor: deputado Rafael Greca, que institui a adoção de medidas urgentes nos casos de prisão em flagrante. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 10.09.2003 - vistas ao deputado Delegado Bradock em 07.10.2003.**

Projeto de Lei nº 428/2003, autor: deputado Rafael Greca, que dá continuidade ao Programa Violência Zero, impondo o perdimento de bens apreendidos em favor do patrimônio público estadual. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 435/2003, autora: deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da rede pública estadual de educação.

Projeto de Lei nº 452/2003 autor: deputado Antonio Anibelli, que institui o programa alimentar escolar diferenciado para os alunos diabéticos da rede estadual de ensino. **Ambos anexos. Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 450/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa minha primeira bíblia nas escolas públicas estaduais. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 475/2003, autor: deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o ICMS na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 478/2003, autor: deputado Artagão Júnior, que estabelece prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao IAP. **Relator deputado Doutor Luciano, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 489/2003, autor: deputado Marcos Isfer, que concede isenção aos oficiais de justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transporte coletivo, balsas e similares. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 493/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que reserva aos municípios do litoral paranaense a realização de sorteios da modalidade denominada bingo. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 496/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que denomina Waldemar Teodoro a Penitenciária estadual de Ponta Grossa. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 500/2003, autor: deputado Durval Amaral, que altera a redação do artigo 3º da Lei nº 7962/84 para permitir que os conselhos escolares e as APM's regulamentem o uso do uniforme escolar na rede pública estadual de ensino. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 17.09.2003.**

Projeto de Lei nº 503/2003, autor: deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 17.09.2003.**

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA RELAÇÃO DOS PROJETOS E RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 233/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que altera a denominação da entidade beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 13.980/2002 (Centro Cultural da Lapa). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 239/2003, autor: Poder Executivo, que objetiva dar nova redação ao artigo 141, inciso VI da Lei Complementar nº 85/99 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 307/2003, autor: deputado André Vargas e outros, que veda o plantio, a semeadura, o cultivo, a importação, o transporte e a comercialização de organismos geneticamente modificados no Estado do Paraná. **Emendas de Plenário - Relator deputado Antonio Anibelli, designado em 30.09.2003 - vistas aos deputados Delegado Bradock e Durval Amaral em 07.10.2003.**

Projeto de Lei nº 409/2003, autor: deputado Alexandre Curi, que cria a região administrativa central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 10.09.2003.**

Projeto de Lei nº 422/2003, autores: deputados Barbosa Neto e Ratinho Júnior, que altera a alínea "B" do inciso I, e acresce o inciso VII ao artigo 14 da Lei nº 11.580/96 (ICMS). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 436/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que institui a meia entrada para professores do ensino público estadual e estabelecimentos que promovam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 457/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que institui o programa de participação dos idosos em atividades educativas e laboriosas denominado terceira juventude. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 481/2003, autor: deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Piraí do Sul. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 494/2003, autor: deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à APAE de Foz do Iguaçu. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 495/2003, autor: deputado Elio Rusch, que regulamenta a situação dos professores e especialistas de educação da rede estadual de ensino. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 502/2003, autor: deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Prefeitura de Itapejara D'Oeste. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 514/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Engenheiro Beltrão. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 527/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que autoriza o Poder Executivo a tornar critério de desempate em concursos públicos e vestibulares, o fato do concursado ser doador regular de sangue. **Relator deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 528/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que obriga os estabelecimentos situados no território do Estado do Paraná que ofereçam ou possuam vagas, bem como os estacionamentos pagos, a ter seguro contra roubo, furto e acidentes, dos veículos que estejam sob sua guarda. **Relator deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 529/2003, autor: deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a implantar o

Programa Especial de Demissão Voluntária - PDV para os professores estaduais vinculados a Secretaria de Estado da Educação ao Paranaeducação. **Relator deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 533/2003, autor: deputado Luiz Nishimori, que especifica normas para a realização de festas ou eventos com cobrança de ingressos em todo o território do Paraná. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 539/2003, autor: deputado Nereu Moura, que municipaliza o trecho da rodovia PR 471 que liga o município de Três Barras até o Rio Iguaçu. **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 540/2003, autor: deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a reserva de vagas para afro-descendentes em concursos públicos para provimento de cargos efetivos. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 543/2003, autor: deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8852/88 (proíbe fumar em recintos fechados). **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 548/2003, autor: deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a isenção de tarifas dos serviços públicos de energia elétrica e água para as Santas Casas de Misericórdia. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 549/2003, autor: deputado Fernando Ribas Carli, que concede passe livre no sistema de transporte coletivo intermunicipal aos policiais militares em serviço. **Relator deputado Tadeu Veneri, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 553/2003, autor: deputado Reni Pereira, que altera a redação do inciso V do artigo 14 da Lei nº 11.280/95 (IPVA-DEFICIENTES). **Relator deputado José Maria Ferreira, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 555/2003, autor: deputado Tadeu Veneri, que estabelece a obrigatoriedade de respeito à cota mínima na contratação de empresas de vigilância pelo Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 573/2003, autor: deputado Fernando Ribas Carli, que obriga o governo do Estado a fornecer gratuitamente a Carteira Nacional de Habilitação a pessoas de baixa renda. **Relator deputado Elton Carlos Welter, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 575/2003, autor: deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Três Barras do Paraná. **Relator deputado Marcos Isfer, designado em 02.10.2003.**

Projeto de Lei nº 582/2003, autor: Poder Executivo, que cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado. **Relator deputado Hermes Fonseca, designado em 02.10.2003 - vistas aos deputados Marcos Isfer e Delegado Bradock em 07.10.2003.**

Projeto de Resolução nº 15/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que aprova a realização de plebiscito para que a população do Estado do Paraná decida sobre a instalação de presídio de segurança máxima federal no nosso Estado. **Relator deputado Delegado Bradock, designado em 02.10.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS E
RESPECTIVOS RELATORES

Projeto de Lei nº 444/2003, autor: deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a concessão de gratuidade no transporte coletivo intermunicipal aos idosos com idade igual ou superior a 65 anos, nas rodovias do Estado do Paraná. **Relator deputado Durval Amaral, designado em 09.10.2003.**

Projeto de Lei nº 492/2003, autor: deputado Antonio Anibelli, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 14055/2003 - balsas e ferry-boat. **Emenda de plenário - Relator deputado Delegado Bradock, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 593/2003, autor: deputado Natálio Stica, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 11.118/95, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Civil Santa Gemma, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 09.10.2003.**

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
RELAÇÃO DOS PROJETOS DE
UTILIDADE PÚBLICA

Projeto de Lei nº 272/2003, autor: deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Jiu Jitsu, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 349/2003, autor: deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Conjuntos Caiuá e Ilhéus, com sede e foro em Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 389/2003, autor: deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a APAE de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 402/2003, autora: deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação das Amigas da Mama, com sede e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 446/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora das Neves, com sede no município de Ibaiti e foro no município de Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 510/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Olavo Bilac, com sede e foro no município de Ubiratã. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 511/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Moreira Salles - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 512/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM do Centro Estadual de Educação Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 515/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Maria Cândida de Jesus, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 516/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 517/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 519/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais, Professores e Funcionários do Centro Estadual Maria Antonieta Scarpari, com sede e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 520/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 521/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM Paulo Freire da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal, com sede no município de Moreira Sales e Foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 522/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 524/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APMI de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 534/2003, autora: deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda, com

sede e foro no município de Londrina. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 537/2003, autor: deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Voluntárias, com sede e foro no município de Ibiporã. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 556/2003, autor: deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM da Escola Estadual Dona Leopoldina, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatuba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 569/2003, autor: deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Feliz, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 591/2003, autor: deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Públicos de Jataizinho, com sede e foro no município de Uraí. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 595/2003, autor: deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de mães Estrelas, com sede e foro em Curitiba. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**

Projeto de Lei nº 596/2003, autor: deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena. **Relator: deputado Duílio Genari, designado em 08.10.2003.**